



# AD&C

Agência para o  
Desenvolvimento e  
Coesão, I.P.



PLANO DE ATIVIDADES

# 2017

## FICHA TÉCNICA

### **Título**

PLANO DE ATIVIDADES 2017

### **Editor**

Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P.

### **Endereços**

Av. 5 de Outubro, n.º 153  
1050-053 Lisboa  
Telf: 218 814 000  
Fax: 218 881 111  
[agencia@adcoesao.pt](mailto:agencia@adcoesao.pt)  
[www.adcoesao.pt](http://www.adcoesao.pt)

### **Conceção técnica**

Núcleo de Planeamento e Gestão da Qualidade

### **Data de edição**

29 de novembro de 2016

MENSAGEM DO PRESIDENTE.....	4
SUMÁRIO EXECUTIVO .....	5
NOTA INTRODUTÓRIA .....	7
1. A AGÊNCIA .....	8
1.1 Atribuições .....	8
1.2 Missão, Visão, Valores.....	10
1.3 Modelo Organizacional .....	11
2. ESTRATÉGIA E OBJETIVOS.....	12
2.1 Contexto e articulações interinstitucionais .....	12
2.1.1. Análise dos destinatários da atividade da AD&C.....	12
2.1.2. Análise das Oportunidades, das Ameaças e das Forças e Fraquezas (SWOT) .....	13
2.2 Prioridades estratégicas para 2017 .....	14
2.3 Objetivos Estratégicos .....	15
2.4 Objetivos Operacionais .....	16
3. ATIVIDADES .....	18
3.1. QUAR.....	18
3.2. Atividades previstas .....	19
3.3. Medidas de Modernização Administrativa.....	39
3.4. Publicidade Institucional .....	39
4. RECURSOS HUMANOS E FINANCEIROS.....	40
4.1. Recursos Humanos.....	40
4.2. Formação.....	43
4.3. Recursos Financeiros .....	44
Abreviaturas e siglas .....	47
Lista de figuras e quadros .....	51
ANEXOS.....	52

## MENSAGEM DO PRESIDENTE



Agência para o Desenvolvimento e Coesão I.P. (AD&C) tem por missão coordenar a Política de Desenvolvimento Regional e assegurar a Coordenação geral dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI). Com o encerramento do QREN a acontecer no final do primeiro trimestre e o reforço do empenhamento no nosso contributo para a obtenção de níveis mais elevados de execução dos Fundos da Política de Coesão, 2017 será um ano de elevada exigência para a AD&C.

Portugal continua a destacar-se enquanto um dos países com melhores níveis de execução daqueles Fundos e a beneficiar persistentemente do reconhecimento, no plano europeu, de ter um dos melhores sistemas de gestão e controlo.

Caraterizado ainda por apresentar sistemas de monitorização e avaliação de elevada qualidade, 2017 constituirá um ano desafiante para a AD&C, recaindo sobre nós a tarefa de, perante o Governo e perante a Comissão Europeia, reportar até 31 de agosto de 2017, no âmbito do Relatório Intercalar sobre a Execução do Acordo de Parceria, sobre o cumprimento das metas de programação do conjunto dos fundos europeus estruturais e de investimento e sobre a efetiva concretização dos objetivos estratégicos definidos.

Acelerar significativamente a execução dos Fundos e elevar a qualidade dos projetos cofinanciados constituem fundamentais propósitos nacionais, quer pelo papel inequívoco que assumem no contexto da superação dos desafios económicos, sociais e territoriais de Portugal, quer, no que respeita em particular à execução, pelo imperativo de concluir o ano de 2017 sem que a Portugal seja aplicado o mecanismo de anulação de fundos, dando assim continuidade ao sucesso de Portugal na superação dos marcos de aplicação da ‘regra da guilhotina’ nos sucessivos ciclos de programação.

Rodeada de desafios e exigências permanentes, a AD&C através do seu corpo de colaboradores e dirigentes assegurará o cumprimento dos objetivos e metas que lhe estão cometidas e transporá todos os obstáculos com que for confrontada, preservando o excelente desempenho que a caracteriza e a distinta reputação que conquistou – tributária da credibilidade das entidades que a antecederam – no plano europeu no quadro das funções de gestão e controlo da regularidade da despesa, bem como de monitorização e avaliação da aplicação dos fundos europeus.

Tornar a AD&C uma entidade de referência em termos europeus e nacionais em todas as áreas da nossa atuação é o nosso principal desígnio. Implicará uma redobrada concentração de esforços nos domínios de responsabilidade novos ou de atuação mais recentes.

O intento que prosseguimos requer que à AD&C, enquanto estrutura organizacional, enquanto corpo de recursos humanos, seja prestada intensificada atenção. Perante a ambição que nos impomos, a dimensão das tarefas que prosseguimos, acrescidas da imprevisibilidade de diversos desafios com que regularmente nos confrontamos e que adicionam incontornável pressão, resulta imperativo reforçar os recursos humanos da AD&C no curto prazo, equacionar novas formas organizativas mais adaptadas à natureza multidisciplinar das respostas exigidas à AD&C, incluindo através do incremento da partilha de informação e da implementação de modalidades de reforço da interação entre as diferentes equipas.

Iniciaremos o ano de 2017 com renovada e redobrada motivação.

## SUMÁRIO EXECUTIVO

O Plano de Atividades da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I. P. para 2017 encontra-se devidamente alinhado com as linhas programáticas das Grandes Opções do Plano (2016-2019), bem como com o Acordo de Parceria 2014-2020.

No âmbito da sua missão, de coordenar a Política de Desenvolvimento Regional e assegurar a Coordenação geral dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI), constituem objetivos fundamentais da AD&C para 2017 acelerar significativamente a execução dos Fundos e elevar a qualidade dos projetos cofinanciados, quer pelo papel inequívoco que assumem no contexto da superação dos desafios económicos, sociais e territoriais de Portugal, quer no que respeita em particular à execução, pelo imperativo de concluir o ano sem que a Portugal seja aplicado o mecanismo de anulação de fundos.

O presente Plano de Atividades decorre da articulação do Conselho Diretivo com todas as unidades orgânicas e apresenta-se estruturado num quadro de referência constituído pela missão, visão e valores, identificando as principais orientações estratégicas e operacionais que a AD&C irá prosseguir durante o ano de 2017.

Ancorados, assim, na missão, visão e valores e nos desafios de médio prazo da atividade da AD&C, bem como na análise estratégica, foram mantidos, com ligeiros ajustamentos, os quatro Objetivos Estratégicos (OE) já estabelecidos no triénio anterior, designadamente:

- OE1.** Dinamizar e acompanhar políticas de desenvolvimento regional e coesão territorial, com base no conhecimento das dinâmicas territoriais.
- OE2.** Garantir a solidez do sistema de gestão e controlo dos fundos da Política de Coesão, assegurando eficácia, rigor e transparência na sua coordenação.
- OE3.** Promover a imagem da AD&C como entidade de referência, nacional e internacional, na coordenação da política de desenvolvimento regional e dos fundos europeus
- OE4.** Qualificar a organização.

Para cada Objetivo Estratégico foram definidos Objetivos Operacionais (OO), de Eficácia, Eficiência e Qualidade, os quais integram o Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR). Este processo contou com o envolvimento e participação de todas as unidades orgânicas, de modo a garantir o alinhamento dos objetivos estratégicos e operacionais.

### **Eficácia**

- 001.** Divulgar as oportunidades e os resultados da aplicação dos Fundos Europeus.
- 002.** Aprofundar o conhecimento sobre a intervenção dos Fundos e das dinâmicas regionais.

### **Eficiência**

- 003.** Consolidar os sistemas de Gestão e Controlo dos Fundos.
- 004.** Promover a boa execução dos Fundos e a fluidez dos fluxos financeiros.

### **Qualidade**

- 005.** Consolidar o sistema de gestão, informação, monitorização e avaliação do Portugal 2020.
- 006.** Reforçar as competências dos recursos humanos e o modelo de desenvolvimento organizacional.

Apresentam-se, também, de forma estruturada, os principais objetivos e indicadores que concorrem para a realização dos objetivos estratégicos e operacionais, visando garantir a orientação para os resultados tanto ao nível das atividades de negócio, como das atividades de suporte, e assegurando, deste modo, que todas as unidades orgânicas se encontram enquadradas na estratégia definida.

O Plano incorpora ainda um retrato dos recursos humanos existentes na AD&C e das perspectivas em matéria de formação para o ano de 2017, bem como informação com significativo detalhe ao nível dos recursos financeiros.

## NOTA INTRODUTÓRIA

O Plano de Atividades constitui um relevante instrumento de gestão e é elaborado em conformidade com o previsto na Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, e no Decreto-Lei n.º 183/96, de 27 de setembro.

No cumprimento da sua missão e do seu desígnio e em resposta ao conjunto de prioridades políticas definidas, a Agência para o Desenvolvimento e Coesão I.P. identifica neste documento as principais orientações estratégicas e operacionais que irá prosseguir durante o ano de 2017, apresentando igualmente, de forma estruturada, as principais atividades e correspondentes indicadores e metas que concorrem para a realização dos objetivos estratégicos e operacionais.

O Plano de Atividades integra ainda uma breve caracterização das atribuições da AD&C e dos elementos mais relevantes no que respeita aos seus recursos humanos e financeiros. Este Plano constitui uma importante base referencial para a definição dos objetivos individuais dos colaboradores no domínio do processo de avaliação do respetivo período.

## 1. A AGÊNCIA

A Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P. foi criada pelo Decreto-Lei n.º 140/2013 (Lei Orgânica), de 18 de outubro, e tem por missão coordenar a Política de Desenvolvimento Regional e assegurar a coordenação geral dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI).

Dotada de autonomia administrativa e financeira e património próprio, é um instituto público de regime especial, com capacidade jurídica de intervenção sobre todo o território nacional, situando-se na esfera da administração indireta do Estado. Integra o Ministério do Planeamento e das Infraestruturas e atua sob superintendência e tutela deste Ministério.

### 1.1 Atribuições

A Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P. está investida de um conjunto de atribuições em quatro domínios:

#### **Política de Desenvolvimento Regional:**

- Formular propostas de Políticas de Desenvolvimento Regional Sustentável, nos planos estratégico e operacional.
- Colaborar na conceção e promoção de instrumentos de base territorial.
- Monitorizar a aplicação de políticas estruturais, nomeadamente as cofinanciadas por fundos europeus.
- Definir e manter atualizado o Registo Central *de Minimis* e exercer o controlo da acumulação de apoios financeiros e fiscais concedidos nesse âmbito.
- Assegurar a participação técnica portuguesa nos fóruns internacionais sobre políticas de desenvolvimento regional.
- Participar na Comissão Interministerial para os Assuntos Europeus, no âmbito do Desenvolvimento Regional e dos fundos da Política de Coesão.

#### **Fundos Europeus Estruturais e de Investimento:**

- Assegurar a coordenação geral, incluindo o acompanhamento dos processos de Programação, Reprogramação e Monitorização daqueles fundos, em articulação com as Autoridades de Gestão (AG) dos Programas Operacionais (PO).
- Garantir o apoio técnico à Comissão Interministerial de Coordenação do Acordo de Parceria.
- Assegurar a interlocução, no plano técnico, com a Comissão Europeia, ao nível do Acordo de Parceria.
- Participar nos órgãos e estruturas de governação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento.
- Coordenar e desenvolver o sistema de Avaliação do Acordo de Parceria, em articulação com as Autoridades de Gestão.



- Desenvolver os instrumentos de reporte sobre a aplicação desses fundos.
- Divulgar informação sobre a Monitorização Estratégica do Acordo de Parceria.
- Coordenar a conceção e acompanhamento do quadro de desempenho, com vista à aferição do nível de obtenção de resultados e objetivos propostos.

**Fundos da Política de Coesão:**

- Assegurar a coordenação e o suporte técnico aos processos de programação e reprogramação, bem como a monitorização e a produção e sistematização dos indicadores físicos e financeiros.
- Contribuir para a definição das suas linhas gerais de aplicação e para a eficácia das respetivas intervenções operacionais.
- Esclarecer e harmonizar, designadamente através da emanção de orientações gerais dirigidas às Autoridades de Gestão dos PO, a aplicação das normas europeias e nacionais que regem os apoios.
- Assegurar a interlocução com os serviços da Comissão Europeia, a representação nas suas estruturas consultivas sobre a preparação, programação e aplicação dos fundos da política de coesão e a participação nos grupos técnicos do Conselho da União Europeia, nas matérias relacionadas com aqueles fundos.
- Exercer as funções de Autoridade de Certificação e de Entidade Pagadora dos fundos da Política de Coesão, incluindo nos Programas de Cooperação Territorial Europeia do Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu (MF EEE) e das Iniciativas Comunitárias ou de outros instrumentos financeiros para que venha a ser designado.
- Executar, em articulação com a Autoridade de Auditoria, funções de Auditoria e Controlo das intervenções dos fundos da Política de Coesão, incluindo nos Programas de Cooperação Territorial Europeia no Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu e nas Iniciativas Comunitárias ou outros instrumentos financeiros para que venha a ser designada.
- Coordenar e promover a comunicação e informação sobre a aplicação dos fundos.
- Assegurar o funcionamento de um Sistema de Informação relativo à execução dos fundos, que integre os indicadores físicos e financeiros necessários à Monitorização, Certificação, Gestão, Avaliação, Controlo e Auditoria dos apoios concedidos.
- Promover a instrução dos pedidos de financiamento à Comissão Europeia dos Grandes Projetos no âmbito dos fundos da Política de Coesão.
- Coordenar a participação nos Programas da Cooperação Territorial Europeia e assegurar o seu Acompanhamento.
- Exercer as competências de Encerramento, Avaliação e Controlo do Fundo de Coesão II (FC II).
- Gerir as medidas programáticas de Assistência Técnica do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e do Fundo Social Europeu.
- Garantir a articulação ao nível da Programação, Acompanhamento e Avaliação entre os fundos da Política de Coesão e os recursos nacionais, nomeadamente no quadro da programação orçamental plurianual e da mobilização da contrapartida nacional dos investimentos cofinanciados por fundos europeus.

#### Outros Fundos e Políticas Europeias:

- Assegurar as funções que lhe sejam atribuídas no âmbito das intervenções ou fundos europeus.
- Exercer as funções de Autoridade de Certificação e de Entidade Pagadora, Auditoria e Controlo do Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu.
- Intervir na atribuição e administração de financiamentos e de outras operações ativas, no âmbito de medidas de financiamento do Banco Europeu de Investimentos (BEI), ou de outros instrumentos financeiros associados à utilização de fundos europeus.
- Assegurar o acompanhamento da articulação entre os FEEI e outros instrumentos e políticas comunitárias, na perspetiva de potenciar as sinergias entre ambos.

## 1.2 Missão, Visão, Valores

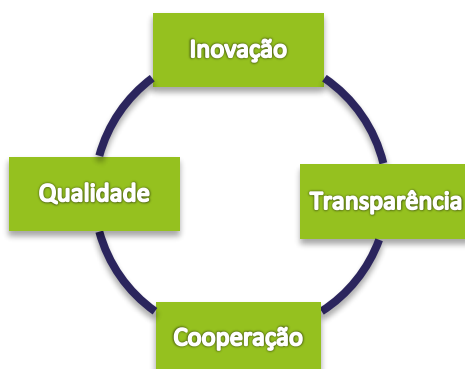
### Missão

Coordenar a política de desenvolvimento regional e assegurar a coordenação geral dos fundos europeus estruturais e de investimento.

### Visão

Ser o centro de competências na Política de Desenvolvimento Regional e de Coesão e na aplicação de Fundos Europeus.

### Valores



VALORES	DESCRIÇÃO
Inovação	Desenhar e implementar soluções inovadoras que respondam às necessidades dos <i>stakeholders</i> , adotando as melhores práticas de gestão com vista a transformar oportunidades em soluções.
Transparência	Garantir a prestação pública de contas da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P. e da gestão dos Fundos Europeus e promover o acesso fácil e permanente à informação, através de processos simplificados e comunicação clara, relevante, precisa e atualizada.
Cooperação	Promover alianças em que o benefício global é superior ao da ação individual. A cooperação sustenta-se no desenvolvimento de parcerias ativas, nacionais e transnacionais, que acrescentam valor ao país e à Europa, e na construção de um sólido espírito de equipa, com base em práticas de igualdade, respeito mútuo e ética profissional.

VALORES	DESCRIÇÃO
Qualidade	Promover a melhoria contínua tendo em vista uma prestação de serviços de excelência, assegurando a fiabilidade e uma elevada qualidade técnica de execução, no sentido de consolidar a confiança nos resultados do trabalho da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P.

### 1.3 Modelo Organizacional

A AD&C apresenta um modelo organizacional flexível e pouco hierarquizado, composto de um conjunto restrito de unidades e núcleos (ver **Figura 1**), previsto nos respetivos estatutos (Portaria n.º 351/2013, de 4 de dezembro) e de um número limitado de núcleos, criados por iniciativa do Conselho Diretivo.

A gestão da AD&C integra três órgãos: o Conselho Diretivo, o Conselho Consultivo e o Fiscal Único.

O Conselho Diretivo é composto por um Presidente, um Vice-presidente e dois Vogais, competindo-lhe orientar e gerir as atividades da AD&C.

O Fiscal Único é designado nos termos da Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro, estando as suas competências previstas neste diploma.

O Conselho Consultivo é o órgão de consulta, acompanhamento estratégico independente, apoio e participação na definição das linhas gerais de aplicação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento.

A composição do Conselho Consultivo assegura a participação dos parceiros sociais e de serviços e organismos públicos com responsabilidade pela aplicação das principais políticas públicas apoiadas pelos FEEI.

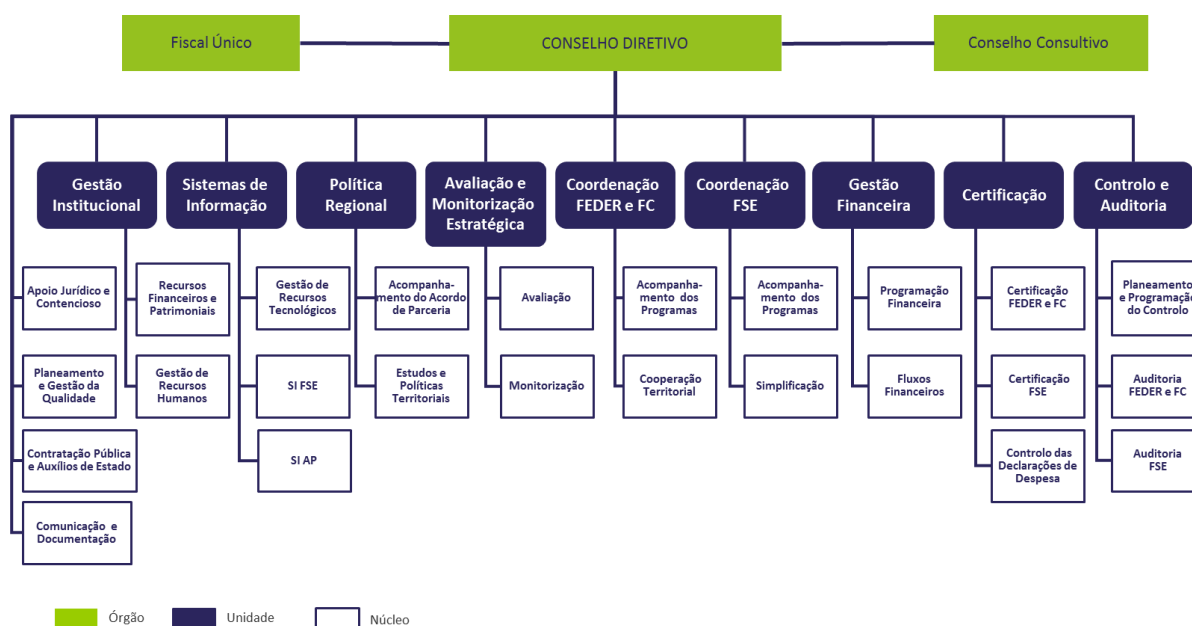


Figura 1: Organograma da AD&C.

## 2. ESTRATÉGIA E OBJETIVOS

### 2.1 Contexto e articulações interinstitucionais

#### 2.1.1. Análise dos destinatários da atividade da AD&C

A Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P. é uma instituição central no modelo de governação estabelecido para a implementação do Acordo de Parceria 2014-2020, bem como no âmbito do QREN 2007-2013, apresentando, deste modo, uma esfera de *stakeholders* ampla e diversificada:

##### **Grupo de *stakeholders* externos**

- a) A gerir em proximidade:
  - Tutela e Comissão Interministerial de Coordenação.
  - Comissão Europeia.
  - Entidades de Controlo Nacionais e Comunitárias.
  - Entidades de Gestão de fundos europeus.
- b) A manter satisfeitos
  - Atores relevantes e parceiros sociais.
- c) A manter informados
  - Beneficiários e potenciais beneficiários.
  - Instituições bancárias e financeiras.
  - Comunicação social.
  - Cidadãos.

##### **Grupo de *stakeholders* internos**

- a) A gerir em proximidade:
  - Dirigentes.
  - Colaboradores.
- b) A manter satisfeitos
  - Conselho Consultivo da AD&C.

Nas suas articulações interinstitucionais com os *stakeholders*, a AD&C prossegue um esforço integrado em diversas dimensões:

- A implementação de uma gestão com foco na aplicação consistente das políticas públicas pelas quais é responsável, que maximize a satisfação dos *stakeholders*.
- A recolha de informação que permita implementar proativamente boas práticas de gestão, que sirvam as melhores expectativas de todas as partes interessadas.

- O acompanhamento do ambiente interno e externo, mediante a aplicação de inquéritos de satisfação e adoção de ações de melhoria em consequência da análise dos resultados verificados.
- A aplicação de uma política de comunicação que estabeleça um relacionamento de fidelização e envolvimento, quer em relação aos *stakeholders* internos quer aos externos, nomeadamente: informação difundida através de meios eletrónicos; promoção de seminários de esclarecimento e de eventos e encontros de divulgação; informação transparente, clara, precisa e atualizada.
- A promoção de uma política de capacitação institucional, envolvimento e transparência dos parceiros mais próximos, mediante uma disponibilidade de atendimento permanente e de um programa da realização de ações formativas, periodicamente ou sempre que se revelem pertinentes.

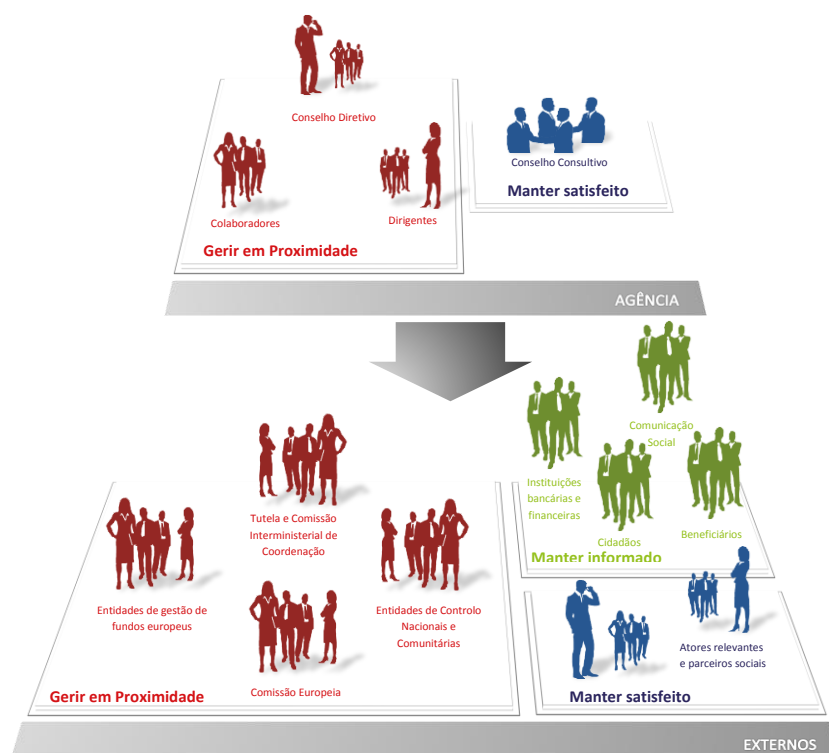


Figura 2: Análise de *stakeholders* da Agência para o Desenvolvimento e Coesão.

### 2.1.2. Análise das Oportunidades, das Ameaças e das Forças e Fraquezas (SWOT)

O diagnóstico do contexto externo e interno, com recurso à grelha SWOT (ver Tabela 1), traduz um contexto de desafios que permitem perspetivar 2017 como um ano caracterizado por uma pressão exigente externa, que é superável através da bateria de pontos fortes identificados, apresentando um organismo que se afigura suficientemente capaz de suportar os desafios de maior criticidade.

### ANÁLISE DO MEIO INTERNO

#### PONTOS FORTES

- Competência técnica, experiência, multidisciplinaridade e capacidade de adaptação das equipas
- Bom relacionamento e articulação com *stakeholders* internos e externos
- Disponibilidade de meios orçamentais e materiais

#### PONTOS FRACOS

- Instabilidade nas prioridades e excesso de tarefas, de natureza imprevisível, com curtos prazos de resposta
- Escassez e insuficiente motivação dos recursos humanos face à dimensão e complexidade dos desafios
- Necessidades de formação contínua e específica dos RH
- Insuficiente comunicação externa e interna e partilha de informação
- Dilação no desenvolvimento dos Sistemas de Informação do Portugal 2020

### ANÁLISE DO MEIO EXTERNO

#### OPORTUNIDADES

- Novo período de programação, novos procedimentos e modelos de intervenção
- Articulação e partilha de conhecimento com outras entidades envolvidas na Gestão dos FEEI
- Posição privilegiada da AD&C na definição de contributos para as políticas nacionais de desenvolvimento regional
- Reconhecimento externo e confiança no trabalho desenvolvido pela AD&C
- Renovação de recursos humanos em função de vários processos de recrutamento em curso
- Alargamento da base de competências e das áreas de intervenção da AD&C
- Acesso a SI e a Bases de Dados externos

#### AMEAÇAS

- Sobreposição das atividades de encerramento do QREN com a implementação do Portugal 2020
- Normativo nacional e comunitário vasto, complexo e em alteração constante, disponibilizado com frequência e em dimensões críticas da governação dos fundos em fase posterior à sua necessária aplicação
- Complexidade e morosidade dos processos administrativos inerentes a qualquer realização de despesa
- Constrangimentos ao nível dos fluxos financeiros da CE
- Meio tecnológico em evolução constante

**Tabela 1:** Grelha de análise SWOT (Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças).

## 2.2 Prioridades estratégicas para 2017

O ano de 2017 será o último de sobreposição entre os dois ciclos de programação. Até ao final do primeiro trimestre, a AD&C tem de assegurar, no quadro das suas responsabilidades, o adequado e eficiente encerramento do QREN, em simultâneo com o reforçado empenhamento na aceleração do Portugal 2020. Em 2017 manter-se-ão essencialmente os mesmos objetivos estratégicos definidos para 2015 e 2016, sendo antecipável que o exercício de planeamento para 2018 apresente – quer porque o período de transição entre ciclos encontrar-se-á concluído à data, quer porque os pilares fundamentais da adaptação ao novo ciclo já estarão estabilizados – significativas diferenças.

No final de 2017 a AD&C apresentará uma situação mais favorável em termos de recursos humanos, aproximando-se de forma mais significativa da dimensão de recursos que lhe foi atribuída, e o desenvolvimento do sistema de informação do Portugal 2020 estará igualmente concluído e consolidado.

Consolidados os elementos centrais do sistema de gestão e controlo, concluído o sistema de informação e concentrados os recursos no Portugal 2020, emergirão os grandes desafios associados ao papel da AD&C em matéria de guardião não apenas da regularidade da despesa mas também da qualidade da despesa e do cumprimento das metas estabelecidas no Acordo de Parceria.

Emergirão igualmente de forma particularmente acentuada as responsabilidades da AD&C no quadro do debate sobre a revisão orçamental da União Europeia e no arranque da discussão em torno da Política de Coesão pós 2020.

No conjunto de responsabilidades e tarefas cometidas à AD&C há um elemento comum incontornável: a indispensável articulação com as entidades parceiras na arquitetura de governação dos FEEI. O sucesso no cumprimento das metas e dos objetivos da AD&C encontra-se intrinsecamente associado à capacidade da AD&C de desempenhar plenamente o seu papel de coordenação e, bem assim, de prestar apoio técnico aquelas estruturas e de dinamizar a sua ação de forma convergente e eficiente. O sucesso será também tributário da sua prestação em matéria de divulgação das oportunidades de financiamento do Portugal 2020, de estímulo à procura e da qualificação dessa mesma procura.

## **2.3 Objetivos Estratégicos**

Ancorados na missão, visão e valores e nos desafios de médio prazo da atividade da AD&C, bem como na análise estratégica, foram mantidos, com ligeiros ajustamentos, os quatro Objetivos Estratégicos já estabelecidos no triénio anterior, os quais são desdobrados em seis objetivos operacionais.

### **OE1. Dinamizar e acompanhar políticas de desenvolvimento regional e coesão territorial, com base no conhecimento das dinâmicas territoriais**

Apoiar a formulação de propostas de Políticas de Desenvolvimento Regional e de instrumentos de base territorial, através da divulgação de publicações sobre a Coesão Económica, Social e Territorial e da dinamização de reflexões e debates sobre esta temática.

Monitorização da aplicação das políticas estruturais cofinanciadas por fundos europeus, orientada para uma avaliação de resultados e impactos.

### **OE2. Garantir a solidez do sistema de gestão e controlo de fundos da Política de Coesão, assegurando eficácia, rigor e transparência na sua coordenação**

Reforçar a segurança e fiabilidade dos sistemas e estruturas de gestão e controlo dos fundos da Política de Coesão, de modo a melhorar a confiança na despesa certificada, através de um adequado sistema de controlo, com ênfase na prevenção, deteção e correção das irregularidades, bem como estabelecer uma articulação entre AD&C e as entidades do modelo de governação, mais regular, participada e transparente, através do reforço de estruturas de trabalho conjunto e da partilha de informação.

**OE3. Promover a imagem da AD&C como entidade de referência, nacional e internacional, na coordenação da política de desenvolvimento regional e dos fundos europeus**

Projetar o desempenho da AD&C, no plano nacional e europeu, assente quer num exercício competente, rigoroso, transparente e empenhado das suas funções, quer em políticas de comunicação, que suportem o reconhecimento da organização, como entidade de referência no âmbito das políticas de desenvolvimento regional sustentável e de coordenação e de aplicação dos Fundos.

**OE4. Qualificar a organização**

Promover uma gestão da AD&C baseada numa cultura de melhoria contínua, assente em três pilares: uma gestão otimizada dos recursos materiais; a adoção de boas práticas e de procedimentos modernos e inovadores, incluindo a implementação de um sistema de gestão da qualidade; e, acima de tudo, a aposta na motivação da equipa, mediante uma gestão das pessoas e da sua formação comprometida com o reforço de competências e melhoria da prestação do serviço.

Para cada objetivo estratégico foram definidos Objetivos Operacionais, de eficácia, eficiência e qualidade, os quais integram o Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR) da AD&C (ver Anexo I). Este processo contou com o envolvimento e participação de todas as Unidades Orgânicas, de modo a garantir o alinhamento dos objetivos estratégicos e operacionais, conforme se evidencia na Figura 3.

## **2.4 Objetivos Operacionais**

Os objetivos operacionais dão continuidade ao percurso já trilhado, embora com um enfoque ligeiramente diferente: os objetivos de 2017 estão mais centrados na consolidação da gestão e reforço de estruturas do novo quadro, em paralelo com estruturas e processos internos.

### **Objetivos de Eficácia**

- O1** Divulgar as oportunidades e os resultados da aplicação dos Fundos Europeus.  
Promover o desenvolvimento de atividades de divulgação do Portugal 2020, através da implementação de uma política de comunicação e dos instrumentos necessários para o efeito, de modo a chegar junto dos potenciais beneficiários.
- O2** Aprofundar o conhecimento sobre a intervenção dos Fundos e das dinâmicas regionais.  
Promover o acompanhamento e monitorização da aplicação dos Fundos, como um dos pilares essenciais da atividade da AD&C, estabelecendo as bases para os exercícios de prestação de contas, essencial ao conhecimento da aplicação dos Fundos e das dinâmicas regionais.

### **Objetivos de Eficiência**

- O3** Consolidar os sistemas de Gestão e Controlo dos Fundos.  
Fundamental para a estratégia prosseguida pela AD&C, importa assegurar a robustez do sistema de gestão e o reforço da confiança na aplicação dos Fundos, através de um adequado sistema de controlo com ênfase na prevenção, deteção e correção das irregularidades.
- O4** Promover a boa execução dos Fundos e a fluidez dos fluxos financeiros.



Enquadrando um conjunto essencial de atividades na AD&C, importa promover e garantir a fluidez dos fluxos financeiros dos diferentes fundos e instrumentos financeiros, entre as autoridades nacionais, a Comissão Europeia e os destinatários finais dos pagamentos., de modo a assegurar a boa execução dos Fundos.

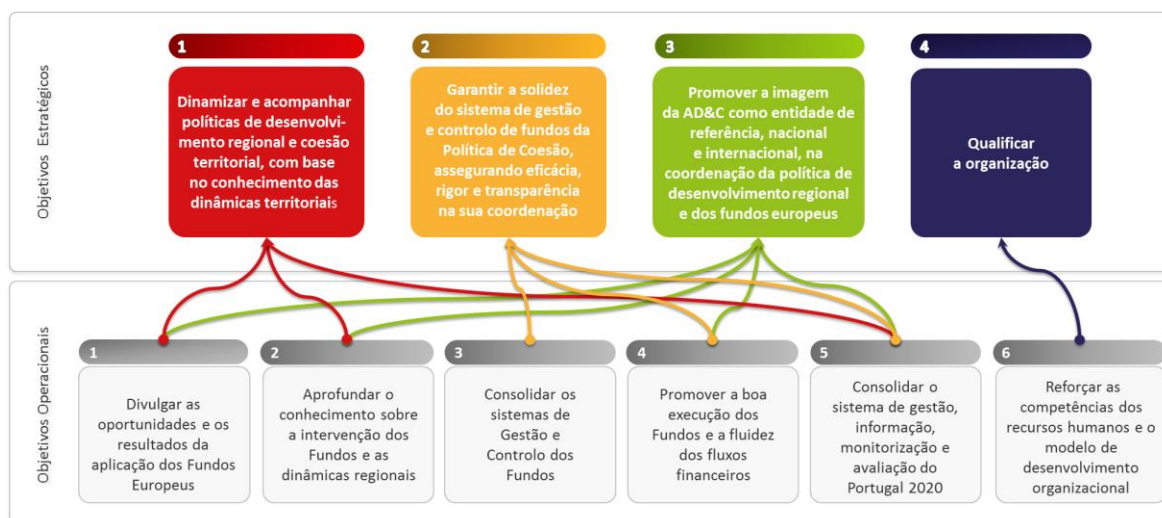
### Objetivos de Qualidade

#### 05 Consolidar o sistema de gestão, informação, monitorização e avaliação do Portugal 2020.

Assegurar a implementação do modelo de gestão definido para o Portugal 2020, num contexto difícil de transição institucional entre períodos de programação e de transferência de instituições e estruturas.

#### 06 Reforçar as competências dos recursos humanos e o modelo de desenvolvimento organizacional.

Promover o reforço da gestão de recursos humanos, nomeadamente a preparação e melhoria da sua qualificação, atentas, nomeadamente, as novas competências atribuídas à AD&C, bem como a normalização e estabilização de procedimentos internos, mediante a adoção e implementação de modelos e ferramentas de gestão que potenciem uma melhoria contínua do desempenho.



**Figura 3:** Alinhamento dos Objetivos Estratégicos com os Objetivos Operacionais.

## 3. ATIVIDADES

## 3.1. QUAR

Apresentam-se no quadro seguinte os objetivos e indicadores que integram o QUAR e que são representativos da concretização da missão da AD&C.

MISSÃO: Coordenar a política de desenvolvimento regional e assegurar a coordenação geral dos fundos europeus estruturais e de investimento.

VISÃO: Ser o centro de competências na Política de Desenvolvimento Regional e de Coesão e na aplicação de Fundos Europeus.

Objectivos Estratégicos

OE1: Dinamizar e acompanhar políticas de desenvolvimento regional e coesão territorial, com base no conhecimento das dinâmicas territoriais

OE2: Garantir a solidez do sistema de gestão e controlo dos fundos da Política de Coesão, assegurando eficácia, rigor e transparência na sua coordenação

OE3: Promover a imagem da AD&C como entidade de referência, nacional e internacional, na coordenação da política de desenvolvimento regional e dos fundos europeus

OE4: Qualificar a organização

Objectivos Operacionais

Eficácia

Ponderação 35,00%

O1. (OE1 e OE3) – Divulgar as oportunidades e os resultados da aplicação dos Fundos Europeus

Peso 50%

	INDICADORES	2015	2016	META 2017	Tolerância	Valor crítico	PESO	Trimestre	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
1	N.º médio mensal de visitas ao Portal Portugal 2020	n.a.	40.000	44.000	1000	46.000	30%				
2	N.º médio de dias úteis de resposta aos pedidos recebidos através do Suporte 2020	n.a.	4	3	1	1	70%				

O2. (OE1 e OE3) – Aprofundar o conhecimento sobre a intervenção dos Fundos e as dinâmicas regionais

Peso 50%

	INDICADORES	2015	2016	META 2017	Tolerância	Valor crítico	PESO	Trimestre	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
3	Prazo de submissão do Relatório Intercalar do Acordo de Parceria à Comissão Europeia	n.a.	n.a.	31-ago	10 dias úteis	30-jul	50%				
4	Nº de sessões públicas de debate sobre políticas de desenvolvimento e coesão regional promovidas pela AD&C	n.a.	n.a.	2	0	3	50%				

Eficiência

Ponderação 30,00%

O3. (OE2) – Consolidar os Sistemas de Gestão e Controlo dos Fundos

Peso 40%

	INDICADORES	2015	2016	META 2017	Tolerância	Valor crítico	PESO	Trimestre	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
5	Prazo de conclusão dos Relatórios Finais das auditorias em operações - PT2020	n.a.	30-set	30-set	10 dias úteis	12-set	50%				
6	N.º médio de dias úteis para emissão dos Relatórios Finais relativos às ações previstas no Plano de Controlo da AC no âmbito do PT 2020, após receção do contraditório	n.a.	15	15	3	11	50%				

O4. (OE2 e OE3) – Promover a boa execução dos fundos e a fluidez dos fluxos financeiros

Peso 60%

	INDICADORES	2015	2016	META 2017	Tolerância	Valor crítico	PESO	Trimestre	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
7	N.º médio de dias úteis de processamento dos pagamentos a beneficiários finais do PT 2020	5	6	6	1	4	40%				
8	N.º médio de dias úteis para preparação e emissão dos PPI à CE, após receção do PPI da AG	n.a.	15	15	3	11	30%				
9	Nº médio de dias úteis de resposta às solicitações provenientes dos Órgãos de Governação do PT 2020 nos domínios da coordenações dos fundos, dos assuntos jurídicos, da contratação pública e dos auxílios de estado.	n.a.	n.a.	15	6	8	30%				

Qualidade

Ponderação 35,00%

O5. (OE2 e OE3) – Consolidar o sistema de gestão, informação, monitorização e avaliação do Portugal 2020

Peso 50%

	INDICADORES	2015	2016	META 2017	Tolerância	Valor crítico	PESO	Trimestre	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
10	Prazo de implementação do BI - Monitorização PT 2020	n.a.	n.a.	31-dez	0	30-nov	50%				
11	N.º de avaliações do Plano Global de Avaliação iniciadas (com procedimento concursal lançado)	n.a.	n.a.	7	1	9	50%				

O6. (OE 4) – Reforçar as competências dos recursos humanos e o modelo de desenvolvimento organizacional

Peso 50%

	INDICADORES	2015	2016	META 2017	Tolerância	Valor crítico	PESO	Trimestre	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
12	Taxa de realização do Plano de Formação	70%	70%	70%	10%	85%	50%				
13	N.º de dias úteis para disponibilização do reporte mensal dos indicadores de gestão, após o final do mês	n.a.	n.a.	15	3	11	50%				

Tabela 2: QUAR 2017 – Objetivos e Indicadores.

### 3.2. Atividades previstas

Apresentam-se de seguida os objetivos do plano de atividades definidos para 2017, estruturados por Objetivo Operacional.

#### OBJETIVO OPERACIONAL

1

Divulgar as oportunidades e os resultados da aplicação dos Fundos Europeus

	INTERAÇÕES COM OBJ. ESTR. E QUAR				
	OE 1	OE 2	OE 3	OE 4	QUAR
1 – Divulgar e clarificar as oportunidades da aplicação dos Fundos do Portugal 2020	●		●		①
2 – Assegurar a divulgação e dinamização no âmbito dos Programas Operacionais da Cooperação Territorial Europeia 2014-2020	●		●		
3 – Promover a imagem da AD&C nos meios digitais			●		

#### OBJETIVO 1. Divulgar e clarificar as oportunidades da aplicação dos Fundos do Portugal 2020

INDICADOR	PESO	META	TOLERÂNCIA	RESPONSÁVEL		SERVIÇOS ENVOLVIDOS	
				CALENDARIZ.			
1 N.º médio de dias úteis de resposta aos pedidos recebidos através do Suporte 2020	40%	3	1	Anual		NCD/USI	NCD/USI/UCFSE/UCFFC
INDICADOR	PESO	META	TOLERÂNCIA	RESPONSÁVEL		SERVIÇOS ENVOLVIDOS	
				CALENDARIZ.			
2 N.º médio mensal de visitas ao Portal Portugal 2020	20%	44.000	1000	Anual		NCD	NCD
3 N.º de eventos de comunicação do Portugal 2020 integrados na Estratégia de Comunicação	30%	7	3	Anual			
4 N.º de edições da Newsletter PT 2020	10%	2	0	Anual			

**OBJETIVO 2. Assegurar a divulgação e dinamização no âmbito dos Programas Operacionais da Cooperação Territorial Europeia 2014-2020**

					RESPONSÁVEL	SERVIÇOS ENVOLVIDOS
					UCFFC	UCFFC/NCT
INDICADOR	PESO	META	TOLERÂNCIA	CALENDARIZ.	FONTE VERIFICAÇÃO	
<b>1</b> Nº de sessões de divulgação e dinamização das convocatórias dos PO CTE 2014-2020	50%	8	2	Anual	Convocatórias, programas e listas de presenças	
<b>2</b> Nº de eventos realizados no âmbito da Presidência do POEA	50%	3	1	Anual	Convocatórias, programas e listas de presenças	

**OBJETIVO 3. Promover a imagem da AD&C nos meios digitais**

					RESPONSÁVEL	SERVIÇOS ENVOLVIDOS
					NCD	NCD / USI / UGI
INDICADOR	PESO	META	TOLERÂNCIA	CALENDARIZ.	FONTE VERIFICAÇÃO	
<b>1</b> Prazo para reformulação do sítio web da AD&C	50%	31 mai	30 dias corridos	Anual	Disponibilização do sítio <i>web</i>	
<b>2</b> N.º médio mensal de visitas ao sítio <i>web</i> da AD&C	50%	7.000	1000	Anual	<i>Google Analytics</i>	

OBJETIVO  
OPERACIONAL

2

Aprofundar o conhecimento sobre a intervenção dos Fundos e as dinâmicas regionais

	INTERAÇÕES COM OBJ. ESTR. E QUAR				
	OE 1	OE 2	OE 3	OE 4	QUAR
1 – Acompanhar o desenvolvimento da Política Regional e de Coesão	●		●		
2 – Desenvolver e implementar a monitorização estratégica do Portugal 2020	●		●		2
3 – Assegurar a monitorização e divulgação de informação sobre a aplicação dos Fundos	●		●		
4 – Garantir o acompanhamento do Portugal 2020 na sua articulação com outros instrumentos centrais da Política Económica Nacional e Europeia	●				
5 – Implementar o sistema de monitorização das abordagens integradas para o desenvolvimento territorial do Portugal 2020	●		●		
6 – Promover o acompanhamento e a reflexão sobre a evolução das dinâmicas regionais no país	●		●		2

OBJETIVO 1. Acompanhar o desenvolvimento da Política Regional e de Coesão

INDICADOR	PESO	META	TOLERÂNCIA	RESPONSÁVEL	SERVIÇOS ENVOLVIDOS
				UPR	UPR
1 Nº de cadernos temáticos				CALENDARIZ.	FONTE VERIFICAÇÃO
1 Nº de cadernos temáticos	50%	4	1	Anual	Registo interno de envio ao CD
2 Prazo médio (nº médio dias úteis) para elaborar os reportes semestrais relativos às dinâmicas socioeconómicas e territoriais, após receção da informação	50%	90	10	31 de mar 30 de set	Registo interno de envio ao CD

OBJETIVO 2. Desenvolver e implementar a monitorização estratégica do Portugal 2020

INDICADOR	PESO	META	TOLERÂNCIA	RESPONSÁVEL	SERVIÇOS ENVOLVIDOS
				UPR / UAME	UPR / UAME
1 Prazo de submissão do Relatório Intercalar do Acordo de Parceria à Comissão Europeia				CALENDARIZ.	FONTE VERIFICAÇÃO
1 Prazo de submissão do Relatório Intercalar do Acordo de Parceria à Comissão Europeia	100%	31 ago	10 dias úteis	31 ago	Registo em SFC

**OBJETIVO 3. Assegurar a monitorização e divulgação de informação sobre a aplicação dos Fundos**

				RESPONSÁVEL	SERVIÇOS ENVOLVIDOS
				UAME	UAME/NM
INDICADOR	PESO	META	TOLERÂNCIA	CALENDARIZ.	FONTE VERIFICAÇÃO
1 Prazo (nº dias corridos) de disponibilização dos reportes mensais de monitorização dos fundos	100%	25	5	Anual	Proposta ao CD

**OBJETIVO 4. Garantir o acompanhamento do Portugal 2020 na sua articulação com outros instrumentos centrais da Política Económica Nacional e Europeia**

				RESPONSÁVEL	SERVIÇOS ENVOLVIDOS
				UPR	UPR/NAAP
INDICADOR	PESO	META	TOLERÂNCIA	CALENDARIZ.	FONTE VERIFICAÇÃO
1 Prazo (n.º de dias úteis) de envio de contributo para o PNR, no âmbito do Semestre Europeu	50%	10	3	30 abril	Registo interno de envio ao CD
2 Prazo (n.º de dias úteis) de elaboração do quadro de programação orçamental plurianual e da mobilização da contrapartida nacional (entidades do perímetro orçamental)	20%	20	5	1º trimestre	Registo interno de envio ao CD
3 Prazo (n.º de dias úteis) de disponibilização do <i>Flash</i> Trimestral, após publicação CNT/INE	30%	3	2	Anual	Registo interno de envio ao CD

**OBJETIVO 5. Implementar o sistema de monitorização das abordagens integradas para o desenvolvimento territorial do Portugal 2020**

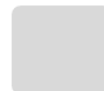
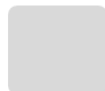
				RESPONSÁVEL	SERVIÇOS ENVOLVIDOS
				UPR	UPR/NEPT
INDICADOR	PESO	META	TOLERÂNCIA	CALENDARIZ.	FONTE VERIFICAÇÃO
1 Prazo (n.º de dias corridos) de apresentação dos reportes trimestrais de monitorização dos instrumentos territoriais do Portugal 2020, após conclusão do trimestre	100%	45	10	Anual	Registo interno de envio ao CD

**OBJETIVO 6. Promover o acompanhamento e a reflexão sobre a evolução das dinâmicas regionais no país**

				RESPONSÁVEL	SERVIÇOS ENVOLVIDOS
				UPR	UPR
INDICADOR	PESO	META	TOLERÂNCIA	CALENDARIZ.	FONTE VERIFICAÇÃO
1 Nº de sessões públicas de debate sobre políticas de desenvolvimento e coesão regional promovidas pela AD&C	50%	2	-	Anual	Convocatórias, programas e listas de presenças

INDICADOR	PESO	META	TOLERÂNCIA	CALENDARIZ.	FONTE VERIFICAÇÃO
<b>2</b> Nº de reuniões dinamizadas da Rede das Dinâmicas Regionais	50%	2	1	Anual	Registo interno da Rede

OBJETIVO  
OPERACIONAL



Consolidar os sistemas de Gestão e Controlo dos Fundos

	INTERAÇÕES COM OBJ. ESTR. E QUAR				
	OE 1	OE 2	OE 3	OE 4	QUAR
1 – Garantir a execução das auditorias em operações no âmbito do Sistema Comum 1 - Operações FEDER/FC		●			3
2 – Garantir a execução das auditorias em operações no âmbito do Sistema Comum 2 - Operações FSE		●			3
3 – Reforçar a fiabilidade na despesa certificada à Comissão Europeia		●			3
4 – Normalizar e/ou atualizar procedimentos da Autoridade de Certificação		●			
5 – Garantir a execução das verificações aos valores negativos decorrentes das amostras de operações do SC1 e SC2 e o correto cumprimento das Recomendações emitidas pelas auditorias em operações		●			
6 – Implementar e reforçar os mecanismos suscetíveis de prevenir e reduzir o risco associado à gestão dos projetos e garantir o adequado funcionamento do Sistema de Gestão e Controlo		●			
7 – Assegurar o acompanhamento do pré-contencioso e contencioso abrangendo todos os períodos de programação		●			
8 – Assegurar acompanhamento da política de concorrência - auxílios de Estado e <i>de minimis</i>		●			

**OBJETIVO 1. Garantir a execução das auditorias em operações no âmbito do Sistema Comum 1 - Operações FEDER/FC**

INDICADOR	PESO	META	TOLERÂNCIA	RESPONSÁVEL	SERVIÇOS ENVOLVIDOS
				UCA	UCA/NAFFC
				CALENDARIZ.	FONTE VERIFICAÇÃO
1 Prazo de conclusão dos relatórios finais das auditorias realizadas por auditores internos no Sistema Comum FEDER/FC	50%	30 set	10 dias úteis	Anual	Relatório final
2 Prazo de conclusão dos relatórios finais das auditorias realizadas por auditores externos no Sistema Comum FEDER/FC	50%	30 set	10 dias úteis	Anual	Relatório final



**OBJETIVO 2. Garantir a execução das auditorias em operações no âmbito do Sistema Comum 2 - Operações FSE**

				RESPONSÁVEL	SERVIÇOS ENVOLVIDOS
				UCA	UCA/NAFSE
INDICADOR	PESO	META	TOLERÂNCIA	CALENDARIZ.	FONTE VERIFICAÇÃO
1 Prazo de conclusão dos relatórios finais das auditorias realizadas por auditores internos no Sistema Comum FSE	50%	30 set	10 dias úteis	Anual	Relatório final
2 Prazo de conclusão dos relatórios finais das auditorias realizadas por auditores externos no Sistema Comum FSE	50%	30 set	10 dias úteis	Anual	Relatório final

**OBJETIVO 3. Reforçar a fiabilidade na despesa certificada à Comissão Europeia**

			RESPONSÁVEL	SERVIÇOS ENVOLVIDOS	
			UC		UC
INDICADOR	PESO	META	TOLERÂNCIA	CALENDARIZ.	FONTE VERIFICAÇÃO
1 N.º médio de dias úteis para emissão dos Relatórios Finais relativos às ações previstas no Plano de Controlo da AC no âmbito do Portugal 2020, após receção do contraditório	65%	15	3	Anual	Informação/ Relatório de Auditoria
2 N.º de verificações complementares de natureza temática no âmbito do Portugal 2020	35%	3	–	Anual	Informação/ Relatório

**OBJETIVO 4. Normalizar e/ou atualizar procedimentos da Autoridade de Certificação**

			RESPONSÁVEL	SERVIÇOS ENVOLVIDOS	
			UC		UC
INDICADOR	PESO	META	TOLERÂNCIA	CALENDARIZ.	FONTE VERIFICAÇÃO
1 Prazo para atualização anual da descrição das funções e dos procedimentos da Autoridade de Certificação no âmbito do Portugal 2020	50%	31 dez	10 dias úteis	Anual	Proposta de atualização/ Descrição
2 N.º de propostas de orientações às AG	50%	2	–	Anual	Propostas de orientações

**OBJETIVO 5. Garantir a execução das verificações aos valores negativos decorrentes das amostras de operações do SC1 e SC2 e o correto cumprimento das Recomendações emitidas pelas auditorias em operações**

INDICADOR	PESO	META	TOLERÂNCIA	RESPONSÁVEL	SERVIÇOS ENVOLVIDOS	FONTE VERIFICAÇÃO
				UCA	UCA/NPPC	
1 Prazo de conclusão dos relatórios finais das verificações a valores negativos decorrentes das auditorias em operações	50%	30 set	10 dias úteis	CALENDARIZ.	Anual	Relatórios finais por PO
2 N.º de avaliações de todas as recomendações em aberto	50%	2	1	CALENDARIZ.	Anual	Ficheiros Excel/ SIAUDT

**OBJETIVO 6. Implementar e reforçar os mecanismos suscetíveis de prevenir e reduzir o risco associado à gestão dos projetos e garantir o adequado funcionamento do Sistema de Gestão e Controlo**

INDICADOR	PESO	META	TOLERÂNCIA	RESPONSÁVEL	SERVIÇOS ENVOLVIDOS	FONTE VERIFICAÇÃO
				NAJC	NAJC / UCA / USI / UGF	
1 Tempo médio (n.º de dias úteis) de resposta a processos de verificação dos requisitos de admissibilidade de novas entidades candidatas aos apoios, com exceção da atribuição de códigos impeditivos ou restritivos do acesso a apoios	50%	4	–	CALENDARIZ.	Anual	SIIFSE/ SIEP/ SCD/ Portal PT 2020/ SPTD2020
2 N.º de mecanismos suscetíveis de prevenir e reduzir o risco associado à gestão dos projetos e de garantir o adequado funcionamento do Sistema de Gestão e Controlo Implementados e reforçados	50%	4	1	CALENDARIZ.	Anual	SIIFSE/ SIEP/ SCD/ SPTD2020

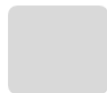
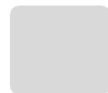
**OBJETIVO 7. Assegurar o acompanhamento do pré-contencioso e contencioso abrangendo todos os períodos de programação**

INDICADOR	PESO	META	TOLERÂNCIA	RESPONSÁVEL	SERVIÇOS ENVOLVIDOS	FONTE VERIFICAÇÃO
				NAJC	NAJC / CD / UO	
1 Prazo médio (n.º de dias úteis) de instrução de processos	100%	Prazo legal	–	CALENDARIZ.	Anual	Folha de cálculo

**OBJETIVO 8. Assegurar o acompanhamento da política de concorrência - auxílios de Estado e *de minimis***

INDICADOR	PESO	META	RESPONSÁVEL		SERVIÇOS ENVOLVIDOS	
			NCPAE		NCPAE	
			TOLERÂNCIA	CALENDARIZ.	FONTE VERIFICAÇÃO	
<b>1</b> Prazo médio (n.º médio de dias úteis) para integrar os apoios no registo central <i>de minimis</i>	100%	4	1	Anual	Documental	

OBJETIVO  
OPERACIONAL



Promover a boa execução dos Fundos e a fluidez dos fluxos financeiros

	INTERAÇÕES COM OBJ. ESTR. E QUAR				
	OE 1	OE 2	OE 3	OE 4	QUAR
1 – Assegurar a fluidez dos fluxos financeiros		●	●		4
2 – Assegurar o processo de certificação de despesas à Comissão Europeia e ao FMO (MF EEE)		●			4
3 – Assegurar a coordenação regulamentar e harmonização da aplicação das normas comunitárias e nacionais, incluindo em auxílios de Estado, associadas à intervenção do FSE, do FEDER e do FC no âmbito do QREN e do Portugal 2020		●			4
4 – Contribuir para o adequado encerramento do QREN		●			
5 – Assegurar a execução e o acompanhamento do Portugal 2020		●			
6 – Desenvolver metodologias de custos simplificados para o conjunto dos Fundos da Política de Coesão		●	●		
7 – Assegurar a prestação de informação que se relacione com o processo de certificação		●			
8 – Incrementar a recuperação de verbas indevidamente pagas		●			
9 – Assegurar a gestão do serviço de dívida dos empréstimos BEI		●			
10 – Promover a capacitação e sensibilização das Autoridades de Gestão em matéria FSE		●	●		
11 – Definir e/ou atualizar procedimentos internos da Entidade Pagadora		●	●		

OBJETIVO 1. Assegurar a fluidez dos fluxos financeiros

			RESPONSÁVEL	SERVIÇOS ENVOLVIDOS	
			UGF		UGF/NFF
INDICADOR	PESO	META	TOLERÂNCIA	CALENDARIZ.	FONTE VERIFICAÇÃO
1 N.º médio de dias úteis de processamento de pagamentos a beneficiários finais do PT2020	80%	6	1	Anual	SIEP2020 Contingência / SPTD2020
2 Tempo médio (n.º de dias úteis) de processamento de transferências externas FEDER/FC/FSE no âmbito de Portugal 2020	20%	6	–	Anual	SIEP2020 Contingência / SPTD2020

**OBJETIVO 2. Assegurar o processo de certificação de despesas à Comissão Europeia e ao FMO (MF EEE)**

INDICADOR	PESO	META	TOLERÂNCIA	RESPONSÁVEL	SERVIÇOS ENVOLVIDOS
				UC	UC
				CALENDARIZ.	FONTE VERIFICAÇÃO
1 N.º médio de dias úteis para preparação e emissão dos PPI à CE, após receção do PPI da AG	35%	15	3	Anual	SIAC2020
2 Prazo médio (n.º dias corridos) para preparação e elaboração das Contas Anuais para efeitos de parecer da AA, após apresentação das contas pela AG	35%	45	-	Anual	SIAC2020
3 Percentagem de Pedidos de Pagamento Intermediários pagos sem interrupções/suspensões, decorrentes de fatos imputáveis à AC	15%	85%	2%	Anual	SIAC2020
4 Prazo médio para envio ao FMO dos IFR (MF EEE)	15%	15 mar 15 jul 15 nov	-	Anual	DoRIS

**OBJETIVO 3. Assegurar a coordenação regulamentar e harmonização da aplicação das normas comunitárias e nacionais, incluindo em auxílios de Estado, associadas à intervenção do FSE, do FEDER e do FC no âmbito do QREN e do Portugal 2020**

INDICADOR	PESO	META	TOLERÂNCIA	RESPONSÁVEL	SERVIÇOS ENVOLVIDOS
				UCFSE/UCFFC/NAJC/NCPAE	UCFSE/UCFFC/NAJC/NCPAE
				CALENDARIZ.	FONTE VERIFICAÇÃO
1 Prazo médio (n.º médio de dias úteis) de resposta às solicitações provenientes dos Órgãos de Governança do PT2020 nos domínios da coordenação dos fundos, dos assuntos jurídicos, da contratação pública e dos auxílios de estado	100%	15	6	Anual	Mapa registo processos

**OBJETIVO 4. Contribuir para o adequado encerramento do QREN**

INDICADOR	PESO	META	TOLERÂNCIA	RESPONSÁVEL	SERVIÇOS ENVOLVIDOS
				UCFFC	UCFFC
				CALENDARIZ.	FONTE VERIFICAÇÃO
1 Prazo médio (n.º de dias úteis) de análise dos Relatórios de Execução	30%	10	-	1.º trimestre	Proposta ao CD
2 Percentagem de respostas a pedidos de pareceres técnicos sobre matérias relacionadas com o encerramento FEDER/FC	20%	80%	-	Anual	Suporte documental (Ofícios e E-mails)

INDICADOR	PESO	META	TOLERÂNCIA	RESPONSÁVEL	SERVIÇOS ENVOLVIDOS
				UC	UC
				CALENDARIZ.	FONTE VERIFICAÇÃO
<b>3</b> N.º de Relatórios/Informações emitidos com a sistematização das verificações realizadas às Declarações Finais de Despesas apresentadas pelas AG do QREN	30%	1 por PO	–	1.º trimestre	SI FEDER/FC SIIFSE
<b>4</b> Prazo médio (n.º de dias úteis) para análise dos Relatórios Finais de Execução após receção pela AC	20%	10	-	1.º trimestre	SI FEDER/FC SIIFSE

**OBJETIVO 5. Assegurar a execução e o acompanhamento do Portugal 2020**

INDICADOR	PESO	META	TOLERÂNCIA	RESPONSÁVEL	SERVIÇOS ENVOLVIDOS
				UCFFC	UCFFC
				CALENDARIZ.	FONTE VERIFICAÇÃO
<b>1</b> Prazo médio (n.º de dias úteis) de análise e consolidação de propostas de avisos para submissão às Comissões Especializadas do PT 2020	30%	5	1	Semestral	Proposta ao CD
<b>2</b> Prazo para estabilização de orientações em matéria de reporte anual da execução dos Instrumentos Financeiros	30%	31 dez	-	Anual	Proposta ao CD
<b>3</b> Percentagem de pedidos de validação de despesas com controlo de qualidade do trabalho do controlador externo, iniciado no prazo de 8 dias úteis	20%	90%	5%	Semestral	Suporte documental
<b>4</b> Percentagem de pedidos de reconhecimento do controlador externo iniciado no prazo de 3 dias úteis	20%	90%	5%	Semestral	Suporte documental

**OBJETIVO 6. Desenvolver metodologias de custos simplificados para o conjunto dos Fundos da Política de Coesão**

INDICADOR	PESO	META	TOLERÂNCIA	RESPONSÁVEL	SERVIÇOS ENVOLVIDOS
				UCFSE	UCFSE
				CALENDARIZ.	FONTE VERIFICAÇÃO
<b>1</b> N.º de propostas de modelos para aplicação de novos regimes de custos simplificados em medidas apoiadas pelos Fundos da Política de Coesão	50%	4	–	Anual	Proposta ao CD
<b>2</b> N.º de reuniões técnicas com as AG/OI dos PO do Portugal 2020 no âmbito da definição/apreciação das propostas de custos simplificados	50%	10	–	Anual	Convocatória e Lista de presenças

**OBJETIVO 7. Assegurar a prestação de informação que se relacione com o processo de certificação**

INDICADOR	PESO	META	TOLERÂNCIA	RESPONSÁVEL	SERVIÇOS ENVOLVIDOS
				UC	UC
				CALENDARIZ.	FONTE VERIFICAÇÃO
1 Prazo para envio à CE das previsões de pedidos de pagamento esperados por fundo e por PO para 2017 e 2018	50%	31 jan 31 jul	–	31 Janeiro a 31 Julho	SFC 2007 SFC 2014
2 Prazo para envio ao FMO das previsões de pedidos de pagamento	50%	20 fev 20 mai 20 set 10 dez	–	Anual	DoRIS

**OBJETIVO 8. Incrementar a recuperação de verbas indevidamente pagas**

INDICADOR	PESO	META	TOLERÂNCIA	RESPONSÁVEL	SERVIÇOS ENVOLVIDOS
				UGF	UGF
				CALENDARIZ.	FONTE VERIFICAÇÃO
1 Percentagem de dívidas QREN (FEDER/FSE/FC) recuperada (por PO/fundo do universo recuperável pela AD&C)	25%	90%	5%	Anual	SCD / SIEP / SIIFSE SPTD2020
2 Tempo médio (n.º de dias úteis) para envio de notificação para recuperação de dívidas Portugal 2020 por reposição voluntária (FEDER/FSE/FC)	25%	10	2	Anual	SCD / SIEP2020 Contingência / SIIFSE / SPTD2020

INDICADOR	PESO	META	TOLERÂNCIA	RESPONSÁVEL	SERVIÇOS ENVOLVIDOS
				NAJC	NAJC
				CALENDARIZ.	FONTE VERIFICAÇÃO
3 Tempo médio (n.º de dias úteis) de instrução dos processos de execução fiscal	27%	3	1	Anual	Folha de cálculo
4 Prazo médio (n.º de dias úteis) de resposta a oposições às execuções fiscais deduzidas	15%	Prazo legal	–	Anual	Folha de cálculo
5 Prazo médio (n.º de dias úteis) de instrução dos processos de reclamação de créditos, no âmbito de processos de insolvência	8%	Prazo legal	–	Anual	Folha de cálculo

**OBJETIVO 9. Assegurar a gestão do serviço de dívida dos empréstimos BEI**

INDICADOR	PESO	META	TOLERÂNCIA	RESPONSÁVEL	SERVIÇOS ENVOLVIDOS
				UGF	UGF
				CALENDARIZ.	FONTE VERIFICAÇÃO
<b>1</b> Prazo (n.º de dias úteis) de análise do apuramento trimestral de execução EQ BEI enviado à DGTF	100%	10	2	Anual	Proposta ao CD

**OBJETIVO 10. Promover a capacitação e sensibilização das Autoridades de Gestão em matéria FSE**

INDICADOR	PESO	META	TOLERÂNCIA	RESPONSÁVEL	SERVIÇOS ENVOLVIDOS
				UCFSE	UCFSE
				CALENDARIZ.	FONTE VERIFICAÇÃO
<b>1</b> N.º de eventos realizados, em matéria de Custos Simplificados	50%	1	–	Anual	Agenda e Lista de presenças
<b>2</b> N.º de sessões técnicas realizadas	50%	11	2	Anual	Convocatória e Lista de presenças

**OBJETIVO 11. Definir e/ou atualizar procedimentos internos da Entidade Pagadora**

INDICADOR	PESO	META	TOLERÂNCIA	RESPONSÁVEL	SERVIÇOS ENVOLVIDOS
				UGF	UGF
				CALENDARIZ.	FONTE VERIFICAÇÃO
<b>1</b> N.º de manuais de procedimentos criados/atualizados	50%	1	–	Anual	Proposta ao CD
<b>2</b> N.º de documentos de orientação	50%	3	1	Anual	Proposta ao CD



OBJETIVO  
OPERACIONAL



Consolidar o sistema de gestão, informação, monitorização e avaliação do Portugal 2020

	INTERAÇÕES COM OBJ. ESTR. E QUAR				
	OE 1	OE 2	OE 3	OE 4	QUAR
1 – Consolidar o Sistema de Informação do Portugal 2020		●	●		5
2 – Promover e acompanhar a avaliação no âmbito da intervenção dos FEEI			●		5
3 – Dinamizar a rede de avaliação e monitorização do Portugal 2020			●		
4 – Consolidar o Sistema de Monitorização do Portugal 2020	●		●		
5 – Contribuir para o processo de ajustamento do SIIFSE às exigências do sistema de gestão e controlo, certificação, monitorização e avaliação do Portugal 2020		●			
6 – Assegurar o bom funcionamento dos SI de negócio, incluindo o desenvolvimento do Plano de Continuidade de Negócio (PCN)		●			

OBJETIVO 1. Consolidar o Sistema de Informação do Portugal 2020

INDICADOR	PESO	META	TOLERÂNCIA	RESPONSÁVEL	SERVIÇOS ENVOLVIDOS
				USI CALENDARIZ.	USI/NSIFSE/NAP FONTE VERIFICAÇÃO
1 Prazo de consolidação dos módulos definitivos do <i>BackOffice</i> Comum	50%	30 jun	-	1.º semestre	S.I.
2 Prazo de implementação do BI - Monitorização PT2020	50%	31 dez	-	Anual	S.I.

OBJETIVO 2. Promover e acompanhar a avaliação no âmbito da intervenção dos FEEI

INDICADOR	PESO	META	TOLERÂNCIA	RESPONSÁVEL	SERVIÇOS ENVOLVIDOS
				UAME CALENDARIZ.	UAME FONTE VERIFICAÇÃO
1 N.º de avaliações do Plano Global de Avaliação iniciadas (com procedimento concursal lançado)	50%	7	1	Anual	Peças do procedimento
2 N.º de exercícios de avaliação previstos no Plano Global de Avaliação, coordenados pela AD&C, concluídos	30%	3	-	Anual	Relatórios finais
3 Prazo de apresentação de proposta de atualização do Plano Global de Avaliação para submissão à Comissão Interministerial de Coordenação	20%	15 out	15 dias úteis	Anual	Proposta ao CD

**OBJETIVO 3. Dinamizar a rede de avaliação e monitorização do Portugal 2020**

				RESPONSÁVEL	SERVIÇOS ENVOLVIDOS
				UAME	UAME
INDICADOR	PESO	META	TOLERÂNCIA	CALENDARIZ.	FONTE VERIFICAÇÃO
1 Nº de reuniões da Rede de Monitorização e Avaliação	70%	2	–	Anual	Agenda e lista participantes
2 Nº de ações de capacitação promovidas	30%	1	–	Anual	Agenda e lista participantes

**OBJETIVO 4. Consolidar o Sistema de Monitorização do Portugal 2020**

				RESPONSÁVEL	SERVIÇOS ENVOLVIDOS
				UAME	UAME
INDICADOR	PESO	META	TOLERÂNCIA	CALENDARIZ.	FONTE VERIFICAÇÃO
1 Prazo de implementação do Sistema de indicadores de Monitorização Ambiental	100%	30 out	15 dias úteis	Anual	Orientações

**OBJETIVO 5. Contribuir para o processo de ajustamento do SIIFSE às exigências do sistema de gestão e controlo, certificação, monitorização e avaliação do Portugal 2020**

			RESPONSÁVEL	SERVIÇOS ENVOLVIDOS	
			UCFSE		UCFSE
INDICADOR	PESO	META	TOLERÂNCIA	CALENDARIZ.	FONTE VERIFICAÇÃO
1 Nº de reuniões técnicas com as AG	50%	10	2	Anual	Agenda e lista de presenças
2 Nº de documentos técnicos elaborados/validados	50%	20	4	Anual	Mapa registo processos UCFSE

**OBJETIVO 6. Assegurar o bom funcionamento dos SI de negócio, incluindo o desenvolvimento do Plano de Continuidade de Negócio (PCN)**

			RESPONSÁVEL		SERVIÇOS ENVOLVIDOS
			USI		USI
INDICADOR	PESO	META	TOLERÂNCIA	CALENDARIZ.	FONTE VERIFICAÇÃO
1 Prazo de implementação do Plano de Continuidade de Negócio para os sistemas de informação do Portugal 2020 (adjudicação do serviço)	30%	30 jun	10 dias úteis	1.º semestre	Contrato assinado

INDICADOR	PESO	META	TOLERÂNCIA	CALENDARIZ.	FONTE VERIFICAÇÃO
<b>2</b> Prazo de implementação do Plano de Continuidade de Negócio para os sistemas de informação do Portugal 2020 (50% em produção)	50%	31 dez	10 dias úteis	Anual	Relatório da instalação
<b>3</b> <i>Downtime</i> * (tempo de indisponibilidade) não planeado do Balcão Portugal 2020	20%	120 min	15 min	Anual	Sist. Monit.NAGIOS (Web, BD, AS, SSO)

\* O *downtime* /do Balcão é a soma dos *downtimes* não planeados dos quatro sistemas.

OBJETIVO  
OPERACIONAL

6

Reforçar as competências dos recursos humanos e o modelo de desenvolvimento organizacional

INTERAÇÕES COM OBJ. ESTR. E QUAR

	OE 1	OE 2	OE 3	OE 4	QUAR
1 – Promover a valorização dos Recursos Humanos e o desenvolvimento organizacional				●	6
2 – Desenvolver procedimentos de apoio à gestão				●	6
3 – Otimizar circuitos internos de caráter orçamental e financeiro				●	
4 – Promover a responsabilidade Social e Ambiental na AD&C				●	
5 – Responder às solicitações de natureza jurídica nas diversas áreas de atuação da AD&C, contribuindo para a qualidade da sua intervenção				●	
6 – Melhorar a preparação e acompanhamento de procedimentos de contratação pública				●	
7 – Assegurar o planeamento, controlo e avaliação da AD&C.				●	
8 – Promover a monitorização e avaliação regular dos objetivos estratégicos e operacionais da AD&C				●	

OBJETIVO 1. Promover a valorização dos Recursos Humanos e o desenvolvimento organizacional

INDICADOR	PESO	META	TOLERÂNCIA	RESPONSÁVEL	SERVIÇOS ENVOLVIDOS	FONTE VERIFICAÇÃO
				UGI/NPGQ	UGI/NGRH/NPGQ	
1 Taxa de realização do Plano de Formação	50%	70%	5%	Anual		Relatório de execução
2 Prazo de apresentação de proposta para implementação do Projeto Sistema de Gestão da Qualidade	25%	30 abr	10 dias úteis	1.º trimestre		Proposta ao CD
3 Prazo de apresentação de Relatório sobre o cumprimento das primeiras etapas de Implementação do Projeto Sistema de Gestão da Qualidade	25%	30 nov	10 dias úteis	Anual		Proposta ao CD

**OBJETIVO 2. Desenvolver procedimentos de apoio à gestão**

			RESPONSÁVEL		SERVIÇOS ENVOLVIDOS	
			NPGQ		NPGQ / UGI	
INDICADOR	PESO	META	TOLERÂNCIA	CALENDARIZ.	FONTE VERIFICAÇÃO	
1 N.º de dias úteis para disponibilização do reporte mensal dos indicadores de gestão, após o final do mês	50%	15	3	Mensal	Proposta ao CD	
			RESPONSÁVEL		SERVIÇOS ENVOLVIDOS	
			UGI		UGI	
INDICADOR	PESO	META	TOLERÂNCIA	CALENDARIZ.	FONTE VERIFICAÇÃO	
2 N.º de dias úteis para disponibilização do reporte trimestral de indicadores de apoio à gestão intermédia, após final do trimestre	50%	15	3	Trimestral	Reporte ao CD	

**OBJETIVO 3. Otimizar circuitos internos de carácter orçamental e financeiro**

			RESPONSÁVEL		SERVIÇOS ENVOLVIDOS	
			UGI		UGI/NRFP	
INDICADOR	PESO	META	TOLERÂNCIA	CALENDARIZ.	FONTE VERIFICAÇÃO	
1 Prazo médio (n.º de dias corridos) de reembolso de despesas com alojamento	50%	10	5	Anual	GeRFiP	
2 Prazo médio (nº dias úteis) de apresentação do Reporte trimestral do Prazo médio de pagamento a fornecedores	50%	3	–	Trimestral	Gestão Doc. e GeRFiP	

**OBJETIVO 4. Promover a responsabilidade Social e Ambiental na AD&C**

			RESPONSÁVEL		SERVIÇOS ENVOLVIDOS	
			UGI		UGI	
INDICADOR	PESO	META	TOLERÂNCIA	CALENDARIZ.	FONTE VERIFICAÇÃO	
1 Prazo de apresentação de uma proposta de Plano de Responsabilidade Social e Ambiental	70%	30 jun	30 dias úteis	1.º semestre	Proposta ao CD	
2 Prazo de realização de uma ação de responsabilidade social	30%	30 set	30 dias úteis	Anual	Relatório de Execução	

**OBJETIVO 5. Responder às solicitações de natureza jurídica nas diversas áreas de atuação da AD&C, contribuindo para a qualidade da sua intervenção**

INDICADOR	PESO	META	TOLERÂNCIA	RESPONSÁVEL	SERVIÇOS ENVOLVIDOS	FONTE VERIFICAÇÃO
				NAJC	NAJC / CD / UO	
1 Taxa de trabalhos técnicos apresentados sem necessidade de posterior reformulação	100%	70%	5%	Anual		Folha de cálculo

**OBJETIVO 6. Melhorar a preparação e acompanhamento de procedimentos de contratação pública**

INDICADOR	PESO	META	TOLERÂNCIA	RESPONSÁVEL	SERVIÇOS ENVOLVIDOS	FONTE VERIFICAÇÃO
				NCPAE	NCPAE	
1 N.º médio de dias úteis para análise de cada procedimento de contratação pública	100%	15	3	Anual		Documental

**OBJETIVO 7. Assegurar o planeamento, controlo e avaliação da AD&C**

INDICADOR	PESO	META	TOLERÂNCIA	RESPONSÁVEL	SERVIÇOS ENVOLVIDOS	FONTE VERIFICAÇÃO
				NPGQ	NPGQ	
1 Prazo para elaboração de proposta de Plano de Atividades e QUAR 2018	100%	30 nov	–	2.º semestre		Proposta ao CD

**OBJETIVO 8. Promover a monitorização e avaliação regular dos objetivos estratégicos e operacionais da AD&C**

INDICADOR	PESO	META	TOLERÂNCIA	RESPONSÁVEL	SERVIÇOS ENVOLVIDOS	FONTE VERIFICAÇÃO
				NPGQ	NPGQ	
1 Tempo médio (n.º de dias corridos) para apresentação de proposta de reporte de monitorização periódica dos objetivos do QUAR, após final de cada trimestre	50%	25	5	Anual		Proposta ao CD
2 Tempo médio (n.º de dias úteis) para divulgação interna dos resultados da monitorização do QUAR, após aprovação pela tutela	50%	10	5	Anual		Proposta ao CD

### 3.3. Medidas de Modernização Administrativa

Tendo em conta a natureza das atribuições que lhe estão cometidas, e no âmbito das atividades desenvolvidas na prossecução dos objetivos traçados, a AD&C tem vindo a implementar um conjunto de atividades de modernização administrativa, em conformidade com o disposto n.º 1 do art.º 2.º do Decreto-lei 74/2014 de 13 de maio, das quais se destaca o Balcão 2020, ponto de acesso privilegiado aos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento para todas as entidades que queiram candidatar-se a financiamentos.

Este balcão virtual permite o registo do beneficiário e o acesso a um conjunto de serviços de suporte, desde a submissão da sua candidatura, com pré-preenchimento e interação, até ao acompanhamento dos seus projetos nas suas diversas fases.

A desmaterialização de todo o processo de acesso ao financiamento comunitário, apresentação de candidaturas e sua execução financeira, representa uma relevante inovação e medida de modernização administrativa.

Em 2017 perspetiva-se a implementação de medidas adicionais de modernização administrativa associadas ao propósito de incrementar a eficiência processual, designadamente através da implementação de funcionalidades que permitam desmaterializar todo o processo de envio de notificações para os beneficiários. Em estudo de viabilidade encontram-se mecanismos eletrónicos que permitam a aceitação eletrónica de decisões sem necessidade de assinatura em papel.

Adicionalmente serão introduzidas melhorias no processo de desistência de candidaturas, tendo em vista permitir ao beneficiário desistir de uma candidatura, de forma automática, na área *online* reservada do Balcão 2020.

Finalmente ao nível do Balcão 2020 destacam-se as diligências e trabalhos em curso no sentido de em 2017 concluir a automatização da validação da situação do beneficiário perante a Autoridade Tributária, bem como a futura operacionalização de protocolos já celebrados com diversas entidades da Administração Pública, designadamente o que permitirá efetuar a consulta *online* do FCPC- Ficheiro Central de Pessoas Coletivas. Todos os referidos protocolos têm como objetivo reforçar a segurança e cumprir o princípio *only-once*.

O sítio web da AD&C, previsto entrar em produção no início de 2017, utilizará funcionalidades de HTML5 e CSS3.0, incorporando-se num *design responsive*, adaptando-se a ecrãs com diferentes tipologias e dimensões – sendo corretamente visualizado em dispositivos *mobile (tablet/smartphone)* e *desktop*. Serão ainda asseguradas funcionalidades reforçadas para facilitar a navegação e usabilidade do portal: mapa do portal omnipresente com principais canais e subtemáticas como ajuda à navegação. O sítio *web* da AD&C terá suporte para Internet Explorer, Chrome, Firefox e Safari.

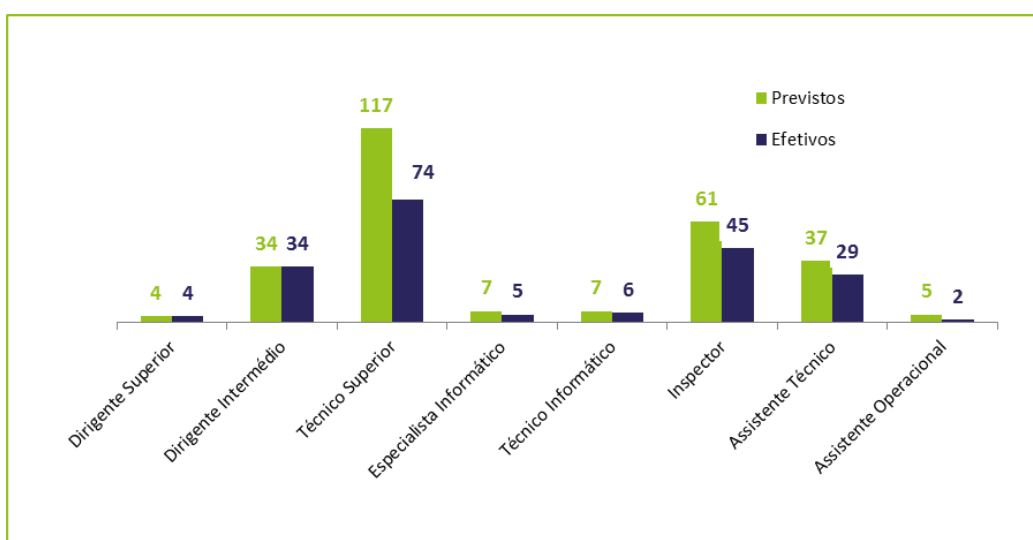
### 3.4. Publicidade Institucional

Para o ano de 2017 está prevista a realização de ações de publicidade institucional no âmbito das políticas públicas relacionadas com a promoção dos fundos europeus, embora não seja ainda possível especificar a natureza das mesmas.

## 4. RECURSOS HUMANOS E FINANCEIROS

### 4.1. Recursos Humanos

Para a prossecução das atividades planeadas para o ano de 2017, o mapa de pessoal da AD&C prevê um total de 272 colaboradores, sendo a sua repartição por carreira/grupo profissional representada na **Tabela 3** e no **Gráfico 1**.



**Gráfico 1:** Carreira/Grupo dos trabalhadores efetivos.  
Dados a 15 de novembro de 2016

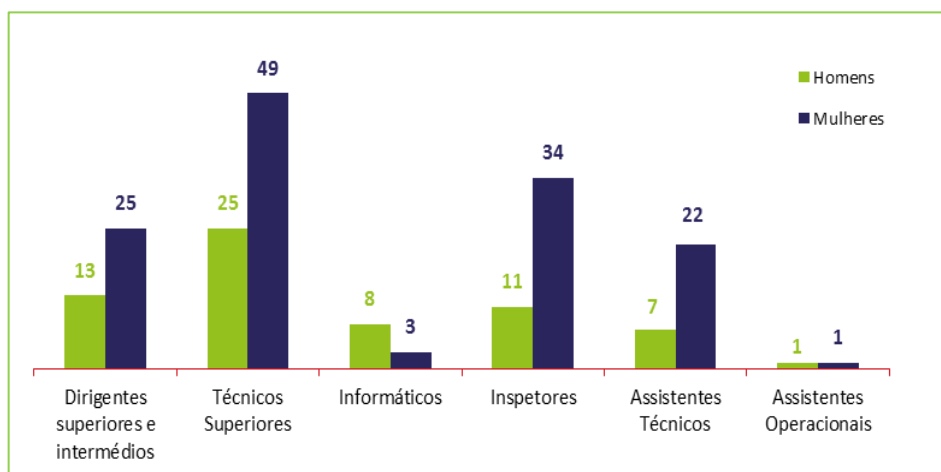
Da comparação realizada no quadro infra entre os efetivos existentes à data e os recursos previstos em mapa de pessoal aprovado pela tutela resulta a clara a necessidade de reforço de recursos humanos, com maior expressão nas carreiras de Técnico Superior e Inspetores:

CARREIRA/GRUPO	EFETIVOS	PREVISTOS
Direção Superior	4	4
Direção Intermédia	34	34
Técnicos Superiores	74	117
Especialistas de Informática	5	7
Técnicos de Informática	6	7
Inspetores	45	61
Assistentes Técnicos	29	37
Assistentes Operacionais	2	5
TOTAL	199	272

**Tabela 3:** Distribuição dos trabalhadores efetivos por Carreira/Grupo Profissional.

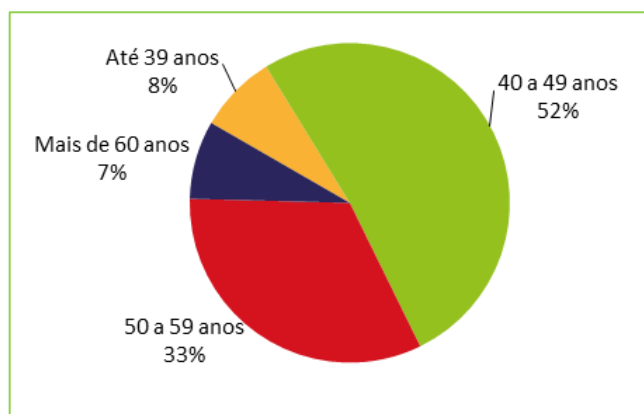


Dos 199 colaboradores efetivos, à data de 15 de novembro de 2016, 134 são mulheres e 65 homens, distribuídos da seguinte forma:



**Gráfico 2:** Distribuição dos colaboradores efetivos por sexo e por carreira/grupo.

A taxa de feminização corresponde a 67% (efetivos femininos/total de efetivos) e a taxa de feminização dirigente a 66% (dirigentes femininos/total dirigentes).



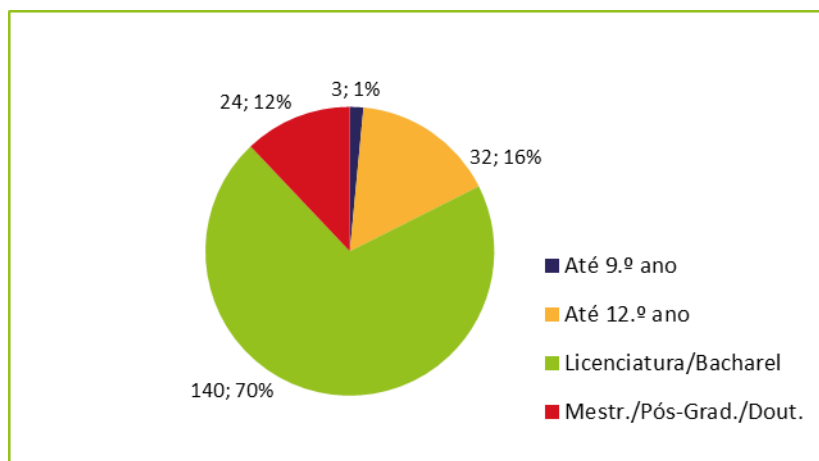
**Gráfico 3:** Distribuição dos trabalhadores efetivos por escalão etário.

A AD&C possui uma estrutura etária relativamente jovem na medida em que 60% dos colaboradores têm até 49 anos.

IDADE	MULHERES	HOMENS	TOTAL
25-29	2	0	2
30-34	0	1	1
35-39	10	3	13
40-44	31	16	47
45-49	35	22	57
50-54	28	11	39
55-59	19	7	26
60-64	7	4	11
65-69	2	1	3

**Tabela 4:** Distribuição dos trabalhadores efetivos por sexo e por escalão etário.

No que diz respeito às habilitações literárias, 139 colaboradores possuem habilitações ao nível da Licenciatura, havendo ainda 1 colaborador com Doutoramento, 18 colaboradores com Mestrado, 5 com Pós-Graduação, 1 possui Bacharelato, 3 têm habilitações até ao 9.º ano e 32 dos efetivos têm habilitações entre o 11.º e o 12.º ano, na Tabela 5 e no Gráfico 4.



**Gráfico 4:** Estrutura habilitacional dos trabalhadores efetivos.

HABILITAÇÕES	MULHERES	HOMENS	TOTAL
Doutoramento	0	1	1
Mestrado	11	7	18
Pós-Graduação	3	2	5
Licenciatura	97	42	139
Bacharelato	0	1	1
Curso Tec.-Prof.	0	1	1
12º ano	17	9	26
11º ano	4	1	5
9º ano	2	0	2
6 anos de escolaridade	0	1	1

**Tabela 5:** Distribuição dos trabalhadores efetivos por habilitações literárias.

O número de trabalhadores efetivos em 2016 apresentou um ligeiro acréscimo face ao total de trabalhadores a 31 de dezembro 2015 (4 trabalhadores), saldo manifestamente insuficiente para suprir as vastas necessidades da AD&C em recursos. Em 2017, com a conclusão de um conjunto significativo de procedimentos concursais, com especial expressão na carreira técnico superior, estima-se um reforço mais significativo dos recursos humanos da AD&C. O recrutamento de trabalhadores manter-se-á como uma prioridade em 2017.

## 4.2. Formação

Em paralelo com a preparação do Plano de Atividades para 2017 foi igualmente desencadeado um levantamento das necessidades de formação dos colaboradores, junto de todas as unidades orgânicas da AD&C, com o objetivo de compatibilizar as competências dos recursos humanos com as atividades e exigências previstas para 2017.

O referido levantamento das necessidades de formação traduz-se num apuramento de competências a adquirir e/ou reforçar tendo como destinatários a Unidade Orgânica ou, no caso de as necessidades não serem homogêneas na equipa, o colaborador. As necessidades identificadas, quer por equipa, quer por colaborador, têm de ser fundamentadas tendo em consideração as funções e os objetivos da respetiva Unidade. Os colaboradores são envolvidos no apuramento das necessidades e nas propostas de formação a realizar para a sua superação. As Unidades Orgânicas submetem posteriormente à apreciação da Unidade de Gestão Institucional as suas propostas de formação transversal e formação individual, competindo àquela Unidade consolidar as propostas e preparar o Plano de Formação, no quadro dos recursos financeiros disponíveis para o efeito.

O Plano de Formação para 2017 foi preparado tendo como referência uma estimativa orçamental de 100m€. A AD&C perspetiva durante o ano de 2017 realizar ações de formação no seguinte conjunto de grandes *clusters*: formação de dirigentes; formação inicial; assuntos europeus e cooperação; assuntos jurídicos;

auditoria, fiscalização e controle; contabilidade e finanças; estatística / estudos e investigação; gestão de recursos humanos; governação e gestão pública; gestão organizacional; comunicação, liderança e desenvolvimento pessoal; tecnologias de informação; segurança e saúde no trabalho; línguas.

As principais áreas de formação, resultantes do apuramento de necessidades, terão uma correspondência direta com as áreas de maior responsabilidade e mais críticas para o exercício de competências da AD&C. Destacam-se no apuramento de necessidades de formação e na importância que lhes foi atribuída no âmbito do Plano de Formação para 2017 duas áreas particularmente complexas e relativamente às quais a intervenção da AD&C tem vindo a intensificar-se, nomeadamente instrumentos financeiros e auxílios de estado. Em 2017 será realizado um esforço significativo de formação, mediante disponibilidade de ações de formação, tendo em vista a adequada qualificação dos recursos internos naquelas duas áreas.

Atendendo a que a AD&C tem em curso um conjunto elevado de processos de recrutamento, prevendo-se o reforço significativo dos seus recursos humanos – com incidência em diversas Unidades Orgânicas - o Plano de Formação incorpora igualmente uma aposta reforçada na necessidade de garantir Formação Inicial aos novos elementos.

#### 4.3. Recursos Financeiros

Em 2017, a AD&C terá a responsabilidade de execução de um orçamento total de 205.992.189 €, o que representa um acréscimo muito significativo em relação ao orçamento disponível em 2016, correspondente a 31.203.729 €. O acréscimo expressivo da dotação prevista no orçamento para 2017 resulta de um conjunto de compromissos a assumir pela AD&C no quadro do PT 2020 relacionados com a participação em instrumentos financeiros mas também com a necessária inscrição orçamental do pagamento de subsídios reembolsáveis (FEDER) os quais não foram, no passado, da responsabilidade da AD&C.

Dotação Inicial - Orçamento Proposto		
	€	%
AD&C	200.297.046 €	97,24%
PO AT	862.958 €	0,42%
EMPIS	1.075.078 €	0,52%
EMAC	146.700 €	0,07%
Transferências PO REGIONAIS	3.610.407 €	1,75%
<b>TOTAL</b>	<b>205.992.189 €</b>	<b>100,0%</b>

A AD&C permanece responsável pelo apoio logístico ao funcionamento de um conjunto de estruturas de missão, exteriores à AD&C e inseridas no modelo de governação do Portugal 2020, nomeadamente a Estrutura de Missão Portugal Inovação Social (EMPIS), a estrutura de Missão de Apoio ao Curador do Beneficiário (EMAC) e a Estrutura de Missão do Programa Operacional da Assistência Técnica Portugal 2020

(POAT PT 2020), bem como por assegurar transferências para as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional.

A distribuição deste orçamento por fontes de financiamento é a seguinte:

Orçamento de receita por Fonte de Financiamento		
	€	%
Receitas Gerais	11.888.226 €	5,8%
Fundos Comunitários	190.526.215 €	92,5%
Receitas Próprias	200.260 €	0,1%
Transferências de Outros Organismos	3.377.488 €	1,6%
<b>TOTAL</b>	<b>205.992.189 €</b>	<b>100,0%</b>

Verificamos assim que as receitas gerais representam cerca de 5,8% das receitas da AD&C, num valor previsto de 11.888.226 €, dos quais 3.377.488 € se destinam a transferências para as CCDR.

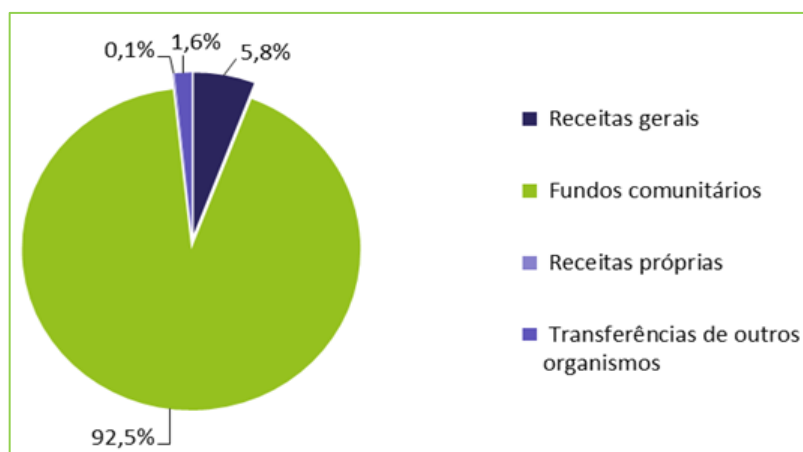


Gráfico 5: Orçamento de receita por Fonte de Financiamento.

Na distribuição do orçamento por agrupamento de despesa, e no que respeita exclusivamente à AD&C a verba prevista para despesas com pessoal, calculada de acordo com as orientações recebidas para preparação do orçamento e tendo presente os efetivos previstos em Mapa de Pessoal aprovado, corresponde a 12.214.262 €, cerca de 6 % do orçamento proposto. O elevado investimento em sistemas de informação de suporte ao Portugal 2020, justifica o peso das aquisições de bens e serviços.

Orçamento por Agrupamento de Despesa		
	€	%
<b>AD&amp;C</b>	<b>205.992.189 €</b>	<b>100,0%</b>
Pessoal	12.214.262 €	6%
Aquisição de Bens e Serviços	12.265.198 €	6%
Juros	5.200.001 €	3%
Transferências	4. 549.424 €	2%
Outras despesas	20.345 €	0%
Investimento	2.342.959 €	1%
Ativos Financeiros	169.400.000 €	83%

Naturalmente, a elevada expressão financeira da despesa com ativos financeiros distorce a análise possível da distribuição do orçamento da AD&C pelos restantes agrupamentos de despesa.

## **Abreviaturas e siglas**

AA – Autoridade de Auditoria

AC – Autoridade de Certificação

AD&C – Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P.

NA – Núcleo de Avaliação

NAAP – Núcleo de Acompanhamento do Acordo de Parceria

NAJC – Núcleo de Apoio Jurídico e Contencioso

NAP – Núcleo de Acompanhamento dos Programas (UCFEDER)

NAP – Núcleo de Acompanhamento dos Programas (UCFSE)

NCD – Núcleo de Comunicação e Documentação

NCDD – Núcleo de Controlo das Declarações de Despesa

NCFEDER-FC – Núcleo de Certificação do FEDER e do Fundo de Coesão

NCFSE – Núcleo de Certificação do Fundo Social Europeu

NCPAE – Núcleo de Contratação Pública e Auxílios de Estado

NCT – Núcleo de Cooperação territorial

NAOFEDER-FC – Núcleo de Controlo do FEDER e do Fundo de Coesão

NAOFSE – Núcleo de Controlo do Fundo Social Europeu

NEPT – Núcleo de Estudos e Políticas Territoriais

NFF – Núcleo de Fluxos Financeiros

NGRH – Núcleo de Gestão de Recurso Humanos

NGRT – Núcleo de Gestão de Recursos Tecnológicos

NM – Núcleo de Monitorização

NPF – Núcleo de Programação Financeira

NPGQ – Núcleo de Planeamento e Gestão da Qualidade

NPPC – Núcleo de Planeamento e Programação do Controlo

NRFP – Núcleo de Recursos Financeiros e Patrimoniais

NS – Núcleo de Simplificação

NSIAP – Núcleo Sistema de Informação Acordo de Parceria

NSIFSE – Núcleo Sistema de Informação do Fundo Social Europeu

UAME – Unidade de Avaliação e Monitorização Estratégica

UC – Unidade de Certificação

UCA – Unidade de Controlo e Auditoria

UCFEDER – Unidade de Coordenação do FEDER e do Fundo de Coesão

UCFSE – Unidade de Coordenação do Fundo Social Europeu

UGF – Unidade de Gestão Financeira

UGI – Unidade de Gestão Institucional

UPR – Unidade de Política Regional

USI – Unidade de Sistemas de Informação

AG – Autoridades de Gestão dos Programas Operacionais

AIDT – Ações Integradas de Desenvolvimento Territorial

AIDUS – Ações Integradas de Desenvolvimento Urbano Sustentável

ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses

AP – Acordo de Parceria

BEI – Banco Europeu de Investimento

CCDR – Comissão(ões) de Coordenação e Desenvolvimento Regional

CE – Comissão Europeia

CI-IFD – Comissão Instaladora da Instituição Financeira de Desenvolvimento

CIC – Comissão Interministerial de Coordenação do Acordo de Parceria

CMC QREN – Comissão Ministerial de Coordenação do QREN

CN – Correspondente Nacional

CODR – Centros de Observação das Dinâmicas Regionais

CTC QREN – Comissão Técnica de Coordenação do QREN

CTE – Cooperação Territorial Europeia

DLBC – Desenvolvimento Local de Base Comunitária

DSGC – Descrição do Sistema de Gestão e Controlo

EAS – Estrutura de Auditoria Segregada

EP – Entidade Pagadora

EQ – Empréstimo-Quadro

EQ-BEI – Empréstimo-Quadro do Banco Europeu de Investimento

FC – Fundo de Coesão

FC II – Fundo de Coesão II

FBCF – Formação Bruta de Capital Fixo

FEAC – Fundo Europeu de Apoio aos Carenciados

FEADER – Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural

FEAMP - Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas

FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional,

FEEL – Fundos Europeus Estruturais e de Investimento

FMO – Financial Mechanism Office



FSE – Fundo Social Europeu

IFD – Instituição Financeira de Desenvolvimento

IFDR – Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, I.P.

IFR – Pedidos de Pagamento Intermédio (MF EEE)

IGFSE – Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu, I.P.

ISO – International Standard Organization

ITI – Investimentos Territoriais Integrados

MADR – Ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional

MF EEE – Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu

NUTS – Nomenclaturas de Unidades Territoriais para Fins Estatísticos

OE – Objetivos estratégicos

OI – Organismos Intermédios

PCM – Presidência do Conselho de Ministros

PO – Programas Operacionais

PO AT – Programa Operacional de Assistência Técnica

PO CTE – Programas de Cooperação Territorial Europeia

POPH – Programa Operacional do Potencial Humano

POVT – Programa Operacional de Valorização do Território

QCA – Quadro(s) Comunitário(s) de Apoio

QREN – Quadro de Referência Estratégico Nacional

QUAR – Quadro de Avaliação e Responsabilização

SAQREN – Base de dados Sínteses das Auditoria QREN

SCD - Sistema Contabilístico de Dívidas

SEDR – Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional

SGC – Sistema de Gestão e Controlo

SGCA – Sistema de Gestão de Controlo e Auditoria

SIAC – Sistema de Informação da Autoridade de Certificação 2020

SIADAP – Sistema de Avaliação de Desempenho da Administração Pública

SICA – Sistema de Informação de Controlo e Auditoria

SI DoRIS – Sistema de informação «Documentation, Reporting and Information System» (EEA Grants/MFEEE)

SIEP – Sistema de Informação da Entidade Pagadora

SIFEDER e FC – Sistemas de Informação do FEDER e do Fundo de Coesão

SIIFSE – Sistema Integrado de Informação do Fundo Social Europeu

SIQREN – Sistema de Informação do QREN

SPTD - Sistema de Pagamento Tesouraria e Dívidas

SSN 2020 – Sistemas de Suporte e Notificações 2020

UO – Unidades Orgânicas

## **Lista de figuras e quadros**

<i>Figura 1: Organograma da AD&amp;C.</i> .....	11
<i>Figura 2: Análise de stakeholders da Agência para o Desenvolvimento e Coesão.</i> .....	13
<i>Figura 3: Alinhamento dos Objetivos Estratégicos com os Objetivos Operacionais.</i> .....	17
<i>Tabela 1: Grelha de análise SWOT (Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças).</i> .....	14
<i>Tabela 2: QUAR 2017 – Objetivos e Indicadores.</i> .....	18
<i>Tabela 3: Distribuição dos trabalhadores efetivos por Carreira/Grupo Profissional.</i> .....	40
<i>Tabela 4: Distribuição dos trabalhadores efetivos por sexo e por escalão etário.</i> .....	42
<i>Tabela 5: Distribuição dos trabalhadores efetivos por habilitações literárias.</i> .....	43
<i>Gráfico 1: Carreira/Grupo dos trabalhadores efetivos.</i> .....	40
<i>Gráfico 2: Distribuição dos colaboradores efetivos por sexo e por carreira/grupo.</i> .....	41
<i>Gráfico 3: Distribuição dos trabalhadores efetivos por escalão etário.</i> .....	41
<i>Gráfico 4: Estrutura habilitacional dos trabalhadores efetivos.</i> .....	42
<i>Gráfico 5: Orçamento de receita por Fonte de Financiamento.</i> .....	45

## ANEXOS



## ANEXO I – QUAR da AD&C para 2017

### QUADRO DE AVALIAÇÃO E RESPONSABILIZAÇÃO - 2017

Versão: 2016-11-25											
Ministério do Planeamento e das Infraestruturas											
Serviço: Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP											
MISSÃO: Coordenar a política de desenvolvimento regional e assegurar a coordenação geral dos fundos europeus estruturais e de investimento.											
VISÃO: Ser o centro de competências na Política de Desenvolvimento Regional e de Coesão e na aplicação de Fundos Europeus.											
Objectivos Estratégicos											
OE1: Dinamizar e acompanhar políticas de desenvolvimento regional e coesão territorial, com base no conhecimento das dinâmicas territoriais											
OE2: Garantir a solidez do sistema de gestão e controlo dos fundos da Política de Coesão, assegurando eficácia, rigor e transparência na sua coordenação											
OE3: Promover a imagem da AD&C como entidade de referência, nacional e internacional, na coordenação da política de desenvolvimento regional e dos fundos europeus											
OE4: Qualificar a organização											
Objectivos Operacionais											
Eficácia											
Ponderação 35,00%											
O1. (OE1 e OE3) – Divulgar as oportunidades e os resultados da aplicação dos Fundos Europeus											
Peso 50%											
	INDICADORES	2015	2016	META 2017	Tolerância	Valor crítico	PESO	Trimestre	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
1	N.º médio mensal de visitas ao Portal Portugal 2020	n.a.	40.000	44.000	1000	46.000	30%				
2	N.º médio de dias úteis de resposta aos pedidos recebidos através do Suporte 2020	n.a.	4	3	1	1	70%				
O2. (OE1 e OE3) – Aprofundar o conhecimento sobre a intervenção dos Fundos e as dinâmicas regionais											
Peso 50%											
	INDICADORES	2015	2016	META 2017	Tolerância	Valor crítico	PESO	Trimestre	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
3	Prazo de submissão do Relatório Intercalar do Acordo de Parceria à Comissão Europeia	n.a.	n.a.	31-ago	10 dias úteis	30-jul	50%				
4	Nº de sessões públicas de debate sobre políticas de desenvolvimento e coesão regional promovidas pela AD&C	n.a.	n.a.	2	0	3	50%				
Efiiciência											
Ponderação 30,00%											
O3. (OE2) – Consolidar os Sistemas de Gestão e Controlo dos Fundos											
Peso 40%											
	INDICADORES	2015	2016	META 2017	Tolerância	Valor crítico	PESO	Trimestre	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
5	Prazo de conclusão dos Relatórios Finais das auditorias em operações - PT 2020	n.a.	30-set	30-set	10 dias úteis	12-set	50%				
6	N.º médio de dias úteis para emissão dos Relatórios Finais relativos às ações previstas no Plano de Controlo da AC no âmbito do PT 2020, após receção do contraditório	n.a.	15	15	3	11	50%				
O4. (OE2 e OE3) – Promover a boa execução dos fundos e a fluidez dos fluxos financeiros											
Peso 60%											
	INDICADORES	2015	2016	META 2017	Tolerância	Valor crítico	PESO	Trimestre	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
7	N.º médio de dias úteis de processamento dos pagamentos a beneficiários finais do PT 2020	5	6	6	1	4	40%				
8	N.º médio de dias úteis para preparação e emissão dos PPI à CE, após receção do PPI da AG	n.a.	15	15	3	11	30%				
9	Nº médio de dias úteis de resposta às solicitações provenientes dos Órgãos de Governança do PT 2020 nos domínios da coordenação dos fundos, dos assuntos jurídicos, da contratação pública e dos auxílios de estado.	n.a.	n.a.	15	6	8	30%				
Qualidade											
Ponderação 35,00%											
O5. (OE2 e OE3) – Consolidar o sistema de gestão, informação, monitorização e avaliação do Portugal 2020											
Peso 50%											
	INDICADORES	2015	2016	META 2017	Tolerância	Valor crítico	PESO	Trimestre	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
10	Prazo de implementação do BI - Monitorização PT 2020	n.a.	n.a.	31-dez	0	30-nov	50%				
11	N.º de avaliações do Plano Global de Avaliação iniciadas (com procedimento concursal lançado)	n.a.	n.a.	7	1	9	50%				
O6. (OE 4) – Reforçar as competências dos recursos humanos e o modelo de desenvolvimento organizacional											
Peso 50%											
	INDICADORES	2015	2016	META 2017	Tolerância	Valor crítico	PESO	Trimestre	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
12	Taxa de realização do Plano de Formação	70%	70%	70%	10%	85%	50%				
13	N.º de dias úteis para disponibilização do reporte mensal dos indicadores de gestão, após o final do mês	n.a.	n.a.	15	3	11	50%				

## Plano de Atividades 2017

### Objectivos Relevantes:

Objectivo 2 (18%), Objectivo 4 (18%) e Objectivo 6 (18%).

### Crítérios de seleção:

Foram seleccionados 3 objectivos relevantes, com base nos critérios definidos nas Orientações Técnicas do CCAS, ou seja, correspondendo a pelo menos metade dos objectivos operacionais da AD&C e sendo a soma das respetivas ponderações de contribuição para a avaliação final de 53%.

### JUSTIFICAÇÃO DO VALOR CRÍTICO

O valor critico foi estabelecido com base na experiência adquirida e tendo em vista o melhor resultado que se pode ambicionar, tendo em conta as condições materiais para concretização dos indicadores definidos.

### Recursos Humanos

DESIGNAÇÃO	PONTUAÇÃO	EFFECTIVOS PLANEADOS	PONTOS PLANEADOS	PONTOS EXECUTADOS	DESVIO
Dirigentes - Direção Superior	20	4	80		
Dirigentes - Direção intermédia e chefes de equipa	16	34	544		
Técnico Superior - (inclui especialistas de informática e inspetores)	12	185	2220		
Coordenador Técnico - (inclui chefes de secção)	9	0	0		
Assistente Técnico - (inclui técnicos de informática)	8	44	352		
Assistente operacional	5	5	25		
<b>Total</b>	<b>70</b>	<b>272</b>	<b>3.221</b>		

### Recursos Financeiros

Unidade: euros				
DESIGNAÇÃO	PLANEADOS	AJUSTADOS	EXECUTADOS	DESVIO
Orçamento de funcionamento	192.036.328	0	0	0
Despesas com Pessoal	12.214.262			
Aquisições de Bens e Serviços	3.239.618			
Juros	5.200.001			
Transferências correntes	939.017			
Outras despesas correntes	20.345			
Investimento	1.023.085			
Ativos financeiros	169.400.000			
PIDDAC	13.955.861	0	0	0
<b>TOTAL (OF+PIDDAC+Outros)</b>	<b>205.992.189</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

### Realização Objectivos

OO1			
OO2			
OO3			
OO4			
OO5			
OO6			

Parâmetros			AVALIAÇÃO FINAL
Eficácia	Eficiência	Qualidade	

Nota Explicativa - Indicadores		Unid. Medida	Algoritmo	Fonte de Verificação	Responsável
1	N.º médio mensal de visitas ao Portal Portugal 2020	N.º	N.º médio = Somatório do n.º de visitas mensais / N.º de meses	Google Analytics	NCD
2	N.º médio de dias úteis de resposta aos pedidos recebidos através do Suporte 2020	N.º	N.º médio = Somatório do n.º de dias úteis necessários para resposta aos pedidos recebidos / N.º de pedidos	SSN2020	USI
3	Prazo de submissão do Relatório Intercalar do Acordo de Parceria à Comissão Europeia	Data	Prazo = N.º de dias (data) necessários para apresentação do relatório à Comissão Europeia	Registo em SFC	UPR / UAME
4	Nº de sessões públicas de debate sobre políticas de desenvolvimento e coesão regional promovidas pela AD&C	N.º	N.º = Somatório das sessões públicas realizadas	Portal 2020 (notícia de divulgação)	UPR
5	Prazo de conclusão dos Relatórios Finais das auditorias em operações - PT 2020	Data	Prazo = N.º de dias (data) necessários para conclusão dos relatórios finais	Relatórios finais	UCA
6	N.º médio de dias úteis para emissão dos Relatórios Finais relativos às ações previstas no Plano de Controlo da AC no âmbito do PT 2020, após receção do contraditório	N.º	N.º médio = Somatório do n.º de dias úteis necessários para emissão dos relatórios finais / N.º de relatórios finais	Informação / Relatório de Auditoria	UC
7	N.º médio de dias úteis de processamento dos pagamentos a beneficiários finais do PT 2020	N.º	N.º médio = Somatório do n.º de dias úteis necessários para processamento dos pagamentos / N.º de pagamentos	SIEP2020 Contingência / SPTD2020	UGF
8	N.º médio de dias úteis para preparação e emissão dos PPI à CE, após receção do PPI da AG	N.º	N.º médio = Somatório do n.º de dias úteis necessários para preparação e emissão dos PPI / N.º de PPI	SIAC2020	UC
9	#REF!	N.º	Taxa = Somatório do n.º de dias úteis necessários para preparação dos pronunciamentos apresentados ao CD / N.º de solicitações de pronunciamento dirigidas à AD&C	Registo interno de envio ao CD	UCFFC / UCFSSE / NAIC / NCPAE
11	Prazo de implementação do BI - Monitorização PT 2020	Data	Prazo = N.º de dias (data) necessários para implementação do BI - Monitorização PT 2020	SI	USI
12	N.º de avaliações do Plano Global de Avaliação iniciadas (com procedimento concursal lançado)	N.º	N.º = Somatório de procedimentos concursais iniciados, relativos a avaliações previstas no Plano Global de Avaliação	Piças Concurrais	UAME
13	Taxa de realização do Plano de Formação	%	Taxa = Somatório das ações de formação realizadas / N.º de ações previstas no Plano x 100	Relatório de execução	UGI
14	N.º de dias úteis para disponibilização do reporte mensal dos indicadores de gestão, após o final do mês	N.º	N.º de dias úteis necessários para disponibilização do reporte mensal	Registo interno de envio ao CD	NPGQ

## ANEXO II – Lista de Stakeholders

Stakeholders internos	
	Conselho Diretivo
	Dirigentes
	Colaboradores
	Conselho Consultivo
Stakeholders externos	
SEGMENTOS	ENTIDADES E TIPOLOGIAS DE ENTIDADE
Tutela e Comissão Interministerial de Coordenação	Ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional/Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional
	Comissão Interministerial de Coordenação
	Tutelas setoriais dos Programas Operacionais
	Secretaria-Geral da PCM
Entidades de Controlo Nacionais e Comunitárias	Inspeção-Geral de Finanças
	Tribunal de Contas
	Tribunal de Contas Europeu
	Organismo Europeu de Luta Antifraude (OLAF)
	Outras entidades de auditoria (Secretarias Gerais; Inspeções setoriais)
	Auditores externos
Comissão Europeia	Comissão Europeia – DG Regio
	Comissão Europeia – DG Emprego
Entidades de gestão de fundos europeus	Autoridades de Gestão dos PO
	Organismos Intermédios
	Entidades responsáveis pela comunicação dos apoios (Auxílios <i>de minimis</i> )
	Unidade Nacional de Gestão do MF EEE
	FMO – Financial Mechanism Office
	Secretariados técnicos Conjunto dos PO CTE
	Autoridade do Programa SOLID
	Direção-Geral de Política do Mar
	Instituição Financeira de Desenvolvimento
	Comunidades intermunicipais
	Gabinetes de Apoio Local
	Grupos de Ação Costeira



SEGMENTOS	ENTIDADES E TIPOLOGIAS DE ENTIDADE
Entidades Beneficiárias	Operadores de Programas
	Beneficiários e potenciais beneficiários
Atores relevantes e parceiros sociais	Tribunais, serviços do Ministério Público e órgãos de polícia criminal
	ESPAP – Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública
	Ministério das Finanças – DGTF
	Ministério das Finanças – GPEARI
	Ministério das Finanças – DGO
	Gabinetes Estudos e Planeamento – Ministérios
	Ministério dos Negócios Estrangeiros – DGAE
	Outros organismos públicos: nomeadamente IGFSS, AT
	Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional
	Instituto Nacional de Estatística
	OCDE
	Eurostat
	Peritos e consultores externos
	Associações e outras entidades relevantes
	Instituições de Ensino Superior
	Governo Regional da Reg. Autónoma da Madeira
	Governo Regional da Reg. Autónoma dos Açores
	Assembleia da República
	Parceiros Sociais
Instituições bancárias e financeiras	Entidades bancárias: IGCP, Banco de Portugal, SPGM, SG, outras instituições de crédito
Público em geral	
Comunicação Social	